



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**ESCOLA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**DE CRONISTA A TESTEMUNHA DA HISTÓRIA**

A reconfiguração do papel do repórter no jornalismo dos anos 40

Aline Silva Salgado

Rio de Janeiro/RJ

2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

**DE CRONISTA A TESTEMUNHA DA HISTÓRIA**

A reconfiguração do papel do repórter no jornalismo dos anos 40

Aline Silva Salgado

Monografia de graduação apresentada à Escola de Comunicação Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ana Paula Goulart Ribeiro

Rio de Janeiro/RJ

2009

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia a Monografia **De cronista a testemunha da história: a reconfiguração do papel do repórter no jornalismo dos anos 40**, elaborada por Aline Silva Salgado.

Monografia examinada:

Rio de Janeiro, no dia 08/12/2009

Comissão Examinadora:

Orientadora: Profa. Dra. Ana Paula Goulart Ribeiro

Doutora em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ

Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Eduardo Granja Coutinho

Doutor em Comunicação pela Escola de Comunicação – UFRJ

Departamento de Comunicação – UFRJ

Prof. Dr. Marco Antônio Roxo da Silva

Doutor em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação – UFF

Departamento de Comunicação – UFF

Rio de Janeiro/RJ

2009

SALGADO, Aline Silva.

DE CRONISTA A TESTEMUNHA DA HISTÓRIA. A reconfiguração do papel do repórter no jornalismo dos anos 40/ Aline Silva Salgado – Rio de Janeiro; UFRJ/ECO, 2009.

Monografia (graduação em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, 2009.

Orientação: Ana Paula Goulart Ribeiro

1. Imprensa nos anos 40. 2. jornalismo. 3.correspondentes na II guerra.  
I. GOULART, Ana Paula. II. ECO/UFRJ III. Jornalismo IV. DE CRONISTA A TESTEMUNHA DA HISTÓRIA. A reconfiguração do papel do repórter no jornalismo dos anos 40

2009

SALGADO, Aline Silva. DE CRONISTA A TESTEMUNHA DA HISTÓRIA. A reconfiguração do papel do repórter no jornalismo dos anos 40. . Orientadora: Ana Paula Goulart Ribeiro. Rio de Janeiro/2009. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

### **RESUMO**

**No espírito das produções histórico-jornalísticas sobre os 70 anos da Segunda Guerra Mundial, completados em setembro de 2009, este estudo tem como proposta analisar de que maneira a ida dos correspondentes de guerra para a cobertura da atuação da FEB (Força Expedicionária Brasileira), junto aos Aliados na Itália, contribuiu para a valorização do papel do repórter na imprensa carioca e nacional. Como base para a interpretação, se fez necessário investigar as raízes do jornalismo internacional no Brasil, bem como traçar um panorama das transformações ocorridas na imprensa do fim do Império à Ditadura do Estado Novo A análise busca ainda ressaltar a importância de se expandir os estudos sobre o jornalismo na década de 1940.**

Esse projeto não teria sentido sem o apoio e a confiança depositados em mim por toda a equipe do Jornal *O DIA*. Foram eles os responsáveis por me fazer voltar no tempo e enxergar a Segunda Guerra Mundial muito além dos livros.

Agradeço em especial ao jornalista Nylson dos Guimarães Peixoto. Repórter que viveu todas as transformações do jornalismo brasileiro, em especial, carioca, dos anos 40 aos anos 80. Seu relato me fez atentar para as peculiaridades da profissão e da importância que a figura do repórter nas redações ganhou a partir da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

O muito obrigado ao meu co-orientador Marco Roxo. A atenção e auxílio dispensados foram fundamentais para a produção e conclusão desse projeto.

Agradeço a Deus pela força e a minha mãe, pai (in memoriam) e irmão, pelo o apoio de sempre.

## SUMÁRIO

1. **INTRODUÇÃO**
2. **O EXERCÍCIO DA REPORTAGEM NO BRASIL**
  - 2.1. Panorama: de 1880 a 1940
  - 2.2. A posição do repórter nas redações
3. **A FIGURA DO CORRESPONDENTE**
  - 3.1. As agências de notícias internacionais
  - 3.2. Os correspondentes literários
  - 3.3. O enviado especial
4. **A SEGUNDA GUERRA E A COBERTURA JORNALÍSTICA NACIONAL**
  - 4.1. A tensão entre Estado e Imprensa na ditadura de Vargas
  - 4.2. A escolha e credenciamentos dos profissionais para a linha do *front*
  - 4.3. O prenúncio da valorização do repórter
5. **CONCLUSÃO**
6. **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

## 1. INTRODUÇÃO

Para os que me conhecem, parecia óbvia a união destas duas paixões: o Jornalismo e a História, graduação ainda em curso. Consciente dessa minha característica, meu chefe e editor de Economia do Jornal *O DIA*, Marco Aurélio Reis, me convidou a fazer parte da equipe responsável pela elaboração de um especial sobre a atuação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O conflito, que em setembro completou 70 anos, valia um projeto jornalístico que resgatasse a memória de civis e militares, heróis que ajudaram a escrever a história de nosso País.

Foi assim que surgiu a oportunidade de unir, profissionalmente, as duas formações e as bases para essa investigação histórico-jornalística. Durante os meses de agosto a setembro mergulhei em livros e depoimentos sobre a Segunda Guerra Mundial e a participação do Brasil no conflito. Mas foi a partir de uma das entrevistas que fiz para o Especial que pude entrar em contato com uma realidade até então desconhecida e que atizou minha curiosidade: a ida de repórteres brasileiros de setores privados, empresas jornalísticas que começavam a despontar nos anos 40, para a cobertura da zona de conflito.

Nomes como Joel Silveira e Barreto Leite Filho, dos *Diários Associados*, Egydio Squeff, de *O Globo*, e Raul Brandão, do *Correio da Manhã*, estão dentre os representantes da imprensa comercial que estiveram no *front*. Eles concorreram com outros jornalistas que cobriram a guerra a serviço do governo Vargas pela *Agência Nacional de Notícias*, órgão de imprensa ligado ao DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda: Sylvio da Fonseca (correspondente), Fernando Stamato (cinegrafista) e Thassilo Campos Mitke (repórter e fotógrafo). Por fim, há ainda o fotógrafo e cinegrafista do Exército, mais especificadamente da FEB (Força Expedicionária Brasileira), Horácio de Gusmão Coelho Sobrinho.

A descoberta desses repórteres me impulsionou a ir além com as pesquisas sobre as peculiaridades da atuação dos correspondentes no conflito. E mais do que entender os desafios vividos na cobertura da guerra junto à FEB, o foco passou a ser o papel dos repórteres nas redações brasileiras da época e de que maneira a Segunda Guerra Mundial contribuiu para a valorização do exercício da reportagem e, conseqüentemente, da figura desse profissional.

De forma mais específica, pretendo com este projeto apontar para a contribuição que o trabalho dos correspondentes de guerra teve para que o repórter passasse a ocupar um lugar referencial no jornalismo. Soma-se a isso, a necessidade de se decifrar alguns aspectos do funcionamento da imprensa carioca no período em questão, os anos 40.



Para alcançar tal objetivo, tive de recuperar alguns estudos abordando a trajetória do jornalismo a partir do início do século XX, quando a imprensa carioca começou a ganhar uma estrutura empresarial, precária, e os jornalistas passaram a dar seus primeiros passos no processo de profissionalização dessa atividade. Até que ponto, o trabalho dos correspondentes da imprensa diária na Segunda-Guerra Mundial contribuiu para que o repórter passasse a se auto-representar como um profissional e não mais como um homem de letras?

Na tentativa de responder tal problema, tive de lidar com um aparente hiato existente na bibliografia sobre história do jornalismo em relação ao tema. A imprensa carioca na década de 1940 normalmente é abordada tendo como foco uma lógica política, pondo em questão as coerções do Estado Novo sobre o exercício do jornalismo. Muito embora este seja um aspecto importante, meu interesse maior é sobre a organização das práticas jornalísticas da época e dentro destas, o lugar ocupado pelos correspondentes de guerra, quem eles eram e como foram selecionados pelos jornais.

Então, a solução foi buscar indícios, pistas, retiradas meio ao acaso na bibliografia sobre a história da imprensa e confrontá-los com teses, dissertações de história, além de textos militares e documentários sobre a participação do Brasil na guerra. Além disso, me vali também, como suporte para apresentar o contexto histórico do período, de entrevistas realizadas com civis e ex-combatentes, que atuaram junto à FEB na Segunda Guerra, durante a montagem do Especial produzido pelo *O Dia*, lançado ao longo do mês de setembro.

Entre estes, ganhou destaque o depoimento do jornalista Nylson dos Guimarães Peixoto, profissional que começou a carreira no jornalismo como estudante do Colégio Pedro II e no cargo de suplente de revisor da *Folha Carioca* no ano de 1942. Suas lembranças atiçaram a minha curiosidade sobre a atuação dos enviados especiais e foram determinantes para a criação desse projeto.

Os escritos memorialísticos de Joel Silveira também foram importantes para a compreensão da valorização do papel do repórter ativada pela cobertura da guerra. E, junto com a bibliografia, me fizeram encampar a hipótese de que houve um processo de mudanças graduais no jornalismo carioca a partir do início do século XX.

As representações de alguns jornais, como o *Correio da Manhã*, se tornaram dominantes entre setores da classe média intelectualizada e atenta às grandes questões nacionais, enquanto outros, centrados mais nas reportagens policiais e na linguagem sensacionalista, como *A Crítica* e *A Manhã*, passaram a configurar o campo do jornalismo popular. Em comum, as imagens, fotografias e desenhos em ambos tipos de jornais, e o poder

de atração da atenção do público em geral. Sem falar nas colunas opinativas, que passaram a ter espaço próprio, separado das notas e reportagens cotidianas.

De qualquer forma, o caráter gradual desse processo de mudanças teve seus efeitos sobre as transformações pelas quais passou a imprensa nos anos 1930 e 1940. Porém, estes foram atenuados ou até mesmo apagados, talvez diante do caráter impactante das reformas dos anos 1950, marco da modernização do jornalismo brasileiro, quando as técnicas do jornalismo norte-americano, a explosão dos ideais do *lead*, do *copy desk* e da pirâmide invertida, adaptadas ao contexto brasileiro, foram responsáveis pela forte sistematização discursiva pela qual passou a linguagem jornalística.

Assim, é sobre um relativo vácuo de produções históricas sobre o jornalismo do fim da década de 1930 e a primeira metade da década de 1940 que este trabalho pretende se estruturar.

No primeiro capítulo desta análise fiz uma breve contextualização do jornalismo vigente no Brasil até os anos 40. Quais eram e como se caracterizavam os principais jornais do fim do século XIX e início do século XX? Como se deram os processos de modernização da imprensa em 1900 e a partir dos anos 20. Como se organizava uma redação jornalística na época? Quem eram os repórteres? E de que forma se deu a criação dos conglomerados jornalísticos nos anos 20 - marco fundamental para se entender o poder que a imprensa começou a ganhar a partir da Era Vargas?

Na segunda parte, a fim de se compreender o papel dos repórteres enviados especiais, se fez necessário traçar um panorama do jornalismo internacional no Brasil. Do aparecimento das agências de notícias e dos “correspondentes literários”, até o surgimento dos enviados especiais ou repórteres de guerra – ponto chave para se entender a valorização da figura do repórter e cerne desse ensaio investigativo. Como se dava a escalação de jornalistas especiais para a cobertura de zonas de conflito e como essa escolha se configurou no Brasil com a Segunda Guerra Mundial?

A partir daí chegamos ao terceiro capítulo dessa pesquisa: os anos de 1940 e a ditadura fascista de Vargas. Mesmo com a censura política aos jornais, representada pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), o jornalismo, ou melhor, os donos dos conglomerados midiáticos, já tinham voz ativa. A guerra ao nazi-fascismo, a convocação de tropas para lutar na Itália e o contraditório momento político vivido no Brasil, com o governo do Estado Novo, obrigavam a imprensa a ter um novo posicionamento no cenário social. Se o Brasil ia à guerra, era necessário acompanhar, de perto, a atuação. Ou ainda, mostrar pelas lentes externas as contradições políticas internas.

Por outro lado a cobertura da guerra, junto aos pracinhas, não seria autorizada de forma fácil e amigável. O Estado Novo já tinha seus mecanismos de mediação, a *Agência Nacional*, e, por isso, pôs pé firme à exigência de Assis Chateaubriand, Roberto Marinho, Paulo Bittencourt e Horácio de Carvalho – diretores respectivamente de *Os Diários Associados*, *O Globo*, *Correio da Manhã* e *Diário Carioca* – que queriam uma cobertura independente.

A tensão entre imprensa e governo se instaura, até a liberação da ida de correspondente, mas com ressalvas. O DIP passaria um pente fino sobre os profissionais e autorizaria o credenciamento mediante a análise das fichas e afastamento dos opositores diretos do regime. Entre eles, Edmar Morel e Coronel Euclides Figueiredo, dos *Diários Associados*, e Carlos Lacerda, do *Correio da Manhã*.

É em meio a essas tensões entre imprensa e governo estadonovista que busquei investigar um período interessante da história brasileira e, a meu ver, central para a compreensão do processo de profissionalização da atividade jornalística. Muito além da narração de acontecimentos, espero que esse trabalho ajude a resgatar um momento da história do jornalismo, com grandes lacunas. E, assim, por extensão, que também contribua para a compreensão da imprensa nos dias de hoje.

## 1. O EXERCÍCIO DA REPORTAGEM NO BRASIL

A fim de se entender a posição do repórter nas redações no transcurso da Segunda Guerra Mundial se faz necessário traçar um panorama da evolução do jornalismo desde seu processo de “empresariamento”. Desta forma, tendo como ponto de partida os anos de 1880, terá destaque aqui um pequeno retrato panorâmico de alguns dos principais jornais existentes no Rio de Janeiro do fim do século XIX até meados da década de 1940, período chave desse estudo. Esse é um passo necessário para se empreender a análise do status do repórter nas redações e se entender que tipo de profissionais eles eram, quais eram suas perspectivas com o jornalismo, como eram vistos e em quanto eram remunerados.

### 1.1 Panorama: de 1880 a 1940

Antes dos anos de 1880 os jornais que circulavam na capital do Império eram caracterizados pela efemeridade. Como caracteriza a historiadora Marialva Barbosa (2000), os periódicos surgiam e desapareciam de maneira rápida e não possuíam uma circulação fixa. Eram também estruturados administrativamente como empresas familiares e tinham clara tendência política.

No processo de transição do Império para a República a imprensa passa por algumas mudanças: o desaparecimento de inúmeros títulos, a concentração da imprensa, o surgimento de jornais com organização em moldes empresariais e a adoção de modelos estrangeiros, em especial na forma de compor os textos e as ilustrações – a abertura de grandes fotos na primeira página, a difusão do folhetim e a proliferação das caricaturas – a introdução da publicidade e de modernas técnicas de impressão<sup>1</sup>.

O jornalismo carioca, a partir de 1880 e com mais intensidade na década seguinte, passa por um momento de drástica transformação. Do ponto de vista da impressão, as inovações técnicas permitem a reprodução de fotos e ilustrações e maior rapidez no processo de produção. Transformados em indústria da informação, dividi-se o trabalho no interior das oficinas: modernas impressoras capazes de imprimir até 20 mil exemplares por hora substituem as antigas manuais; máquinas à vapor, caldeiras de força de 25 cavalos começam a invadir os jornais da cidade.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> BARBOSA, 2000: p.13

<sup>2</sup> *Ibidem*, p.14.

Como detalha a historiadora, um *boom* de modernidade invade os jornais, que passam a ser “fábricas de notícias” ganhando também poder e notoriedade junto à sociedade carioca. Essas transformações acontecem paralelamente às modificações da escrita dos periódicos. Os textos pretendem agora informar com isenção, neutralidade, imparcialidade e veracidade.

As notícias policiais e reportagens, que terão seu auge nos anos 1920, surgem com uma capa de neutralidade. As entrevistas são introduzidas nas primeiras páginas, e a opinião se isola no artigo de fundo. Como forma de separação, a informação e a opinião ganham colunas fixas e deslocadas. A fotografia, em substituição à ilustração, completa a gama de elementos que vão fazer com que o jornal comece a ser visto como o espelho da realidade.

Os periódicos de maior destaque estão em ordem cronológica de fundação: *Jornal do Comércio* (1827), o mais conservador do ponto de vista editorial; *Gazeta de Notícias* (1875), pioneira no processo de fazer jornal barato e popular; *O Paiz* (1884) conservador e com uma postura de apoio ao governo; *Correio da Manhã* (1901) e *Jornal do Brasil* (1903), juntos os mais populares periódicos à época.

A lenta e gradual mudança no processo de produção dos matutinos da cidade é marcante, sobretudo, nos cinco maiores periódicos, e segue um caminho mais ou menos uniforme até o início dos anos vinte quando o jornalismo ganha nova configuração<sup>3</sup>.

Nos anos 1920 os jornais passam por mais uma onda de transformações. Mudanças gráficas e editoriais como a inclusão de recursos gráficos, como grandes ilustrações e fotografias, a criação de manchetes de página, a redução do formato dos periódicos, a introdução das entrevistas, o destaque às reportagens, em especial, às de caráter sensacionalista, o isolamento dos textos opinativos dos informativos. Tudo isso transforma os periódicos, tornando-os mais atraentes e conquistando mais leitores.

A nova fórmula de se fazer jornal está pautada no jornalismo policial e a imprensa sensacional, em que as calúnias, difamações e os horrores do cotidiano ocupam quase toda a publicação. Os jornais abandonam as longas digressões políticas para dar lugar à “realidade” nua e crua das tragédias urbanas, descritas sob a forma de crônicas imersas em opiniões, juízos de valor e fantasias dos repórteres. O drama aparecia de forma exacerbada nos textos, trazendo para o noticiário elementos tão comuns e populares nos folhetins, sucesso de público na ainda incipiente imprensa do Brasil Império.

No final da década de 1920 há no Rio de Janeiro, capital federal, 19 jornais diários. Os mais importantes são *O Paiz*, o *Jornal do Comércio*, a *Gazeta de Notícias*, *A Notícia*, o

---

<sup>3</sup> *Ibidem*, p.14

*Correio da Manhã* e o *Jornal do Brasil*. A popularização desse novo jeito de se fazer jornal, do tipo sensacionalista, se dá com o surgimento de *A Manhã* (1925) e a *Crítica* (1928)<sup>4</sup>.

Marca também a época o aparecimento de um periódico que só ganharia importância a partir dos anos de 1940, *O Globo*. Fundado por Irineu Marinho que em 1911 havia criado *A Noite*. No ano 1928 *A Noite* ganharia mais força no mercado com as modernas rotativas de fabricação americana, o que o fez alcançar no fim da década a tiragem recorde de 200 mil exemplares.

A partir dos anos 1920 e podemos dizer que até os anos 1940, a imprensa assiste mais um novo movimento: a criação dos chamados conglomerados midiáticos. Iniciado pela criação dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand, essa nova imprensa tem como primeiro passo a fundação de *O Jornal* (1925-1974).

A sociedade começa, assim, a assistir ao fortalecimento dos grupos de imprensa e ao movimento de consolidação do poder de Chateaubriand. Apesar desse progresso, os jornais continuam precisando, e muito, dos favores e subsídios do governo federal. A ajuda ia desde a aquisição de papel jornal aos anúncios. Entre os que sobreviviam graças às verbas oficiais estão *O Paiz*, *A Gazeta de Notícias* e *A Notícia*. Como define Marialva Barbosa, “A independência dos jornais existe apenas como discurso memorável construído pelos próprios jornalistas”<sup>5</sup>.

Já na década de 1930 estão oficialmente registrados no Rio de Janeiro 23 jornais, entre vespertinos e matutinos. Desde o centenário *Jornal do Comércio*, até os que aparecem no início da década como o *Diário de Notícias*. Pelo poder de difusão junto ao público estão *O Jornal*, *Diário da Noite*, *A Noite*, *A Manhã* e o *Correio da Manhã*<sup>6</sup>.

Ao lado desses circulam outros periódicos sem muita expressão como *A Batalha*, *A Nação*, *O Radical*, *Voz de Portugal*, *Correio da Noite*, *A Nota*, *Vanguarda* e *Democracia*. Em franco declínio de público na época estão alguns tradicionais diários que tiveram importância nas décadas anteriores: *Jornal do Brasil*, *O Imparcial* e *Gazeta de Notícias*. Outros só ganham relevo nas décadas seguintes, como o *Diário Carioca*, fundado em 1928, e o já citado *O Globo*, criado em 1925.

Não são muito fartas as informações sobre a imprensa dos anos de 1940. O que se sabe, ou se supõe é que o processo de modernização das técnicas de impressão e de formatação dos textos foi se acentuando. O afastamento com a tradição literária aumentou,

---

<sup>4</sup> BARBOSA, 2007: p. 58.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p.85.

<sup>6</sup> BARBOSA, 2007: p. 109.

assim como a presença dos ideais de objetividade e neutralidade nos textos. Além, é claro, da formação do primeiro conglomerado de mídia do Brasil, os *Diários Associados*.

As transformações ocorridas na imprensa brasileira a partir do início do século XX são encaradas como processos contínuos que perpassam as décadas posteriores, sendo os anos 1950 o ápice desse processo. É neste momento que surge uma “nova imprensa”, pautada nos padrões americanos de objetividade e imparcialidade, favorecendo o deslocamento do jornalismo da esfera de influência das tradições literárias até então vigentes<sup>7</sup>.

O novo jeito de se fazer jornalismo vem carregado de técnicas de texto e reportagem e traz também consigo a profissionalização do sujeito jornalista. É na virada dos anos de 1940 para 1950 que se dá o surgimento das primeiras escolas de formação superior em jornalismo no Estado de São Paulo (pela Fundação Casper Líbero, em 1947) e no Rio de Janeiro (pela Universidade do Brasil, atual UFRJ, no ano de 1948). Como registra Ana Paula Ribeiro, somada à criação do ensino superior está o “aumento dos salários, que permitiu que jornalismo deixasse de ser um bico, uma ocupação provisória. (...) Ao longo desse período, os jornalistas foram adquirindo um sentido de categoria profissional diferenciada da dos literatos e da dos políticos”. Assim, os homens de imprensa são encarados agora como profissionais por formação acadêmica e não só por prática, pela escola da vida<sup>8</sup>.

## 1.2 A posição do repórter nas redações

O jornalismo brasileiro em suas raízes sempre esteve interligado à literatura e à política. A profissão era conduzida por intelectuais, políticos e literatos da sociedade da época. Os jornalistas de então eram profissionais que faziam do jornal a alavanca para a ascensão social, de forma a conquistar espaço no governo, na burocracia ou na diplomacia.

Em outros casos, o jornalismo se configurava não como profissão e sim como ocupação temporária. Uma espécie de segundo emprego, levado paralelamente aos serviços na administração pública ou em profissões liberais mais estáveis. Esse era o caso dos literatos. O jornal para esses profissionais era visto como o meio de se atingir a notoriedade e

---

<sup>7</sup> RIBEIRO, 2007: p.27.

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 35.

popularidade, para então emplacar seus folhetins. O reconhecimento social vinha por intermédio da literatura e não do jornalismo<sup>9</sup>.

Nas primeiras décadas do século XX, o jornalismo vivencia um primeiro movimento de distanciamento em relação ao seu viés literário. Os artigos são sacrificados em favor do noticiário e da reportagem. Assim a imprensa pede cada vez menos a colaboração literária aos intelectuais e escritores. O foco passa a ser a reportagem, o noticiário e o trabalho na redação. Jovens acadêmicos com pretensões literárias ou políticas começam a ingressar nas redações como repórteres policiais.

O perfil desse novo profissional era de estudantes, entre 16 e 20 anos, recém-saídos das escolas superiores de Engenharia, Medicina e Direito, a maioria. Querem se tornar jornalistas não por simples vocação, e sim pela possibilidade de ascensão política e prestígio social que o jornalismo ofertava. Ingressam na profissão, geralmente, levado pelas mãos de um parente ou conhecido com prestígio político e influência direta com o dono do jornal.

São raros os que exercem apenas o jornalismo e mais raro ainda os que se dedicam ao mesmo tempo à profissão na qual se formam. Os salários ainda não garantiam a independência financeira do profissional e a rotina de trabalho, pouco sistemática e bastante boêmia, dificultavam a dedicação integral à outra profissão de formação.

O jornalista costumava trabalhar 12 horas diárias, mas sem escala fixa. Possuía horários incertos. Como os jornais circulavam apenas seis dias por semana, cabia aos profissionais, pelo menos, um dia de descanso nessa acelerada rotina<sup>10</sup>.

As transformações pelas quais passou o jornalismo carioca a partir dos anos de 1900 foram cruciais para dar origem a essa nova figura nas redações: o repórter. Essa função era ocupada majoritariamente por jovens que mal terminando os estudos secundários ou ainda freqüentando as faculdades se divide entre as redações dos jornais e o meio acadêmico.

Segundo Barbosa (2000), cerca de 90% dos profissionais da época tinham curso superior. A maioria absoluta era egressa da Faculdade de Direito, seguida pelos cursos médicos. A Escola Militar e a de Engenharia ocupam a terceira e quarta colocação na formação dos jornalistas. Porém, mais de 50% fazem o curso de Humanidades do tradicional Colégio Pedro II.

São esses jovens os responsáveis pelo colhimento das notícias no local dos acontecimentos. É deles a função de checar junto aos Ministérios, Câmara, Senado e

---

<sup>9</sup> BARBOSA, 2007: p. 138.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 90.



Delegacias de Polícia as notícias do dia a dia. Mas quem transcreve para o texto a realidade percebida não são eles ainda, e sim os redatores ou literatos que continuam por assumir lugar na primeira página dos jornais.

Entretanto não há dúvidas de que a imprensa passa cada vez mais a valorizar as reportagens. O público quer notícias inéditas, de última hora. Logo, não era mais possível ter nas redações apenas redatores que escreviam sobre todos os assuntos.

Nos anos de 1920, novos processos de produção são introduzidos e o trabalho nas redações passa a ser dividido, dando mais força à atuação do repórter. A redação ganha variados setores de reportagem, chefiados por um secretário, ou nos termos de hoje, por um chefe de reportagem e editor.

A valorização do ineditismo no jornalismo também contribui para que o repórter fosse visto com outros olhos. Ele passava agora a ser encarado como o elemento principal para a composição da notícia. Leitores e secretários de redação esperam dele o ‘furo de reportagem’ e todos os detalhes do ocorrido no teatro do real.

O rei do jornalismo moderno é o repórter. A importância do repórter cresceu tanto que hoje o que decide o êxito dos jornais é a sua capacidade, a sua atividade, a sua competência. A princípio, não havia nos jornais funções mais modestas que as suas; ele era pouco mais do que o moço de recados, era apenas o veículo das notícias oficiais das secretarias de Estado para as salas das redações. (*O Paiz*, 11 de fevereiro, 1906, p.5)<sup>11</sup>

Mas contrariando o trecho acima, escrito no início do século XX no periódico *O Paiz*, a valorização da reportagem e do repórter não se materializava em termos financeiros. Por mais que algumas empresas já considerassem o trabalho do repórter como o mais importante nas redações, os salários eram bem inferiores aos demais. A historiadora Marialva Barbosa registra como era essa relação salarial:

No início dos anos 20 (...) os repórteres podem ganhar por mês até 300\$000. Um redator, que também tem como encargo ir buscar as informações, de 400 a 1000\$000, uma soma extremamente elevada para a época, embora o teto só fosse atingido em condições excepcionais. Um redator chefe recebe entre 1000 e 2000\$000 e um fotógrafo, em torno de 1000\$000. Só para efeito comparativo, no mesmo período um revisor ganha em torno de 240\$000 e um tipógrafo 180\$000, por mês.<sup>12</sup>

<sup>11</sup> Apud BARBOSA, 2000: p.195.

<sup>12</sup> BARBOSA, 2000: p.44

Além disso, depois do cargo de revisor, a função de repórter, em especial, a do repórter policial era dada aos iniciantes, uma espécie de teste para poder seguir no jornalismo e crescer na profissão e na empresa. Nas palavras de Barbosa (2007), as redações se dividiam em três grupos distintos: os jovens estudantes que ocupam cargos subalternos na hierarquia das empresas – sendo inicialmente revisores, repórteres policiais, passando a repórteres especializados -, o secretário, subsecretário e redatores – os mais experientes; e os colaboradores – normalmente políticos ou profissionais liberais que através de artigos publicados procuravam alcançar notoriedade e/ou emprestar seu prestígio aos jornais.

Fazer carreira na área significava galgar postos nessa hierarquia. A escada para o sucesso ia do repórter policial, ao repórter especializado, passando ao repórter comercial, depois ao repórter mundano e, finalmente, a cronista ou editorialista<sup>13</sup>.

A função de repórter só ganharia importância em si, ou seja, como papel e não alavanca para outros cargos, com o surgimento de uma nova figura no jornalismo moderno brasileiro: o enviado especial. Mas esse personagem teve de esperar pela Segunda Guerra Mundial para adquirir legitimidade jornalística e o mesmo reconhecimento social que jornalistas ingleses e norte-americanos até então possuíam.

Para se entender a origem e posicionamento dos repórteres enviados especiais, é preciso antes esclarecer a estruturação do jornalismo internacional no Brasil. Todo esse processo será visto com mais detalhes nos próximos capítulos.

---

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 75.

## 2. A FIGURA DO CORRESPONDENTE

De literato e diplomata a repórter enviado especial. A figura do correspondente internacional no jornalismo brasileiro tardou a aparecer. Foi preciso antes que noticiário internacional se consolidasse nas redações, com o advento das agências de notícias. Só assim os despachos dos profissionais que trabalhavam no estrangeiro passaram ganhar cada vez mais valor na imprensa nacional, até se tornar necessário enviar os melhores repórteres para cobrir acontecimentos de grande importância jornalística. Nesse capítulo, será trabalhada a inserção das agências de notícias internacionais no Brasil, os aspectos técnicos e o papel delas na Primeira e Segunda Guerras. Além disso, será analisado de que maneira a figura do correspondente passou a se interligar ao perfil dos repórteres e como seu trabalho se tornou referência para a composição dos jornais no País.

### 2.1 As agências de notícias internacionais

O noticiário internacional esteve fora da imprensa nacional nas primeiras décadas da prática jornalística no Brasil. Primeiramente devido ao grande atraso com que as notícias chegavam ao país. As informações viajavam de navio, nos *packet-boat* ou *paquebot*, seguindo a nomenclatura francesa, cuja influência dominou o Império e a República até meados do século XX. Esses navios-correios, popularmente conhecidos como paquetes, carregavam cartas, jornais, revistas, livros franceses e brasileiros – como os que livreiros de editoras no Rio, como a Garnier, enviavam para imprimir na capital francesa - manuais acadêmicos entre mercadorias e objetos de luxo. Para tanto, levavam tempo até atracar nos portos brasileiros, e eram aguardados com ansiedade pelos moradores das províncias. Esse sentimento foi descrito e registrado em 1864 pelo *Diário do Rio de Janeiro*: “Gastou-se os primeiros dias da semana a esperar o pacote – e o pacote, como para punir tão legítima curiosidade, nada trouxe que estivesse na medida do desejo e da ansiedade. Veio apenas a notícia de um casamento real no norte da Europa”<sup>14</sup>.

Com isso, até serem noticiadas, ou melhor, publicizadas, as informações e até os populares romances de folhetins demoravam meses para se tornarem conhecidos, por uma

---

<sup>14</sup> Apud CAMARGO, 2006. Disponível em <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores&id=36>. Acessado em 18 de out de 2009.

pequena elite letrada da época. Único mercado consumidor em potencial de notícias na capital do Império, em meio ao grande número de escravos e ex-escravos analfabetos.

A defasagem média entre as publicações produzidas na Europa, por exemplo, até o conhecimento da população no Império variava de dois a três meses. E isso se agravava pela localidade da província, que muitas vezes recebia as notícias somente via escravos ou por tropas de burros.

Como mostra o historiador Haroldo Leitão Camargo (2006), notícias “frescas” só aquelas que circulavam na Corte do Rio de Janeiro ou em províncias próximas e, em especial, vindas por viajantes ou portadores de cartas e informações reais, ou seja, através de fontes orais. Dessa maneira, “não havia furos jornalísticos, mas apenas surpresas”.

Outra característica que define essa ausência ou a pouquíssima presença de fatos e acontecimentos da Europa e Estados Unidos, centros da economia e política mundial no século XIX, nos jornais nacionais é apresentada por João Batista Natali (2004). Segundo o pesquisador, na época, o fácil acesso aos noticiários estrangeiros, via assinatura, por parte das oligarquias bilíngües, dificultava a introdução de informações do exterior nos jornais da época. As publicações nacionais, os pasquins, não podiam e nem tinham o interesse de competir com os periódicos importados.

A partir de 1830, alguns jornais passaram a publicar informações do exterior em suas páginas. Os primeiros indícios do jornalismo internacional no Brasil são de 1836, com a Gazeta Universal, em Pernambuco. O periódico publicava em primeira mão as notícias que chegavam com os navios do exterior. Isso porque o trajeto das embarcações, que vinham da Europa, tinha como primeira parada Recife, e só depois seguiam para Rio de Janeiro e São Paulo<sup>15</sup>.

Entretanto, essa produção era sazonal e dependente dos navios. Como aponta Natali (2004), se os navios não chegassem, não havia notícias. Alguns jornalistas da época tinham como estratégia abordar as embarcações antes que elas atracassem no porto, ou seja, ainda na baía. Tudo para vencer a concorrência e extrair, em primeira mão, relatos e novidades de viajantes ou recém-chegados. Outros, menos escrupulosos, se apossavam de malotes especialmente enviados por correspondentes em Lisboa, Londres ou Paris.

A história do noticiário internacional brasileiro ganhou realmente força com o aparecimento das primeiras agências de notícias no Brasil, em fins do século XIX. Mais

---

<sup>15</sup> KUHN, 2006: p.3.

precisamente em 1874, quando a agência *Havas* francesa, que tinha o monopólio do conteúdo internacional no Brasil, começou a atuar a partir de escritório no Rio de Janeiro.

Por mais de 40 anos, de 1874 até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a *Havas* deteve, com exclusividade, o monopólio das informações para o Brasil. E, assim, passou a figurar, cada vez com mais destaque, nos jornais que circulavam no País<sup>16</sup>.

Para tanto, foi substancial o desenvolvimento do telégrafo. Através desse novo mecanismo, as informações da Europa puderam chegar ao Brasil e ao restante do mundo com mais rapidez. Mas, não sem riscos, já que eram comuns os casos de interrupção da transmissão por causa da ruptura acidental de um cabo submarino.

Havia também, disponíveis na época, as transmissões de ondas curtas de rádio. Mas elas nunca serviram de suporte de texto para as agências internacionais. Segundo Natali (2004). Segundo ele, a tecnologia do rádio só passou a ser utilizada com o advento das ondas longas. Foi por elas que a agência inglesa *Reuter*, a partir de 1923, instalou entre seus clientes europeus um serviço de distribuição de cotações do mercado financeiro e de *commodities*.

Por esta razão que podemos considerar o advento do telégrafo como uma verdadeira revolução para os meios de comunicação, em especial, para a imprensa e as agências de notícias, comparado até mesmo à atual revolução, advinda da Internet e dos meios digitais. Para Natali (*Ibidem*) o impacto do telégrafo foi superior a tudo que a sociedade pós-moderna já teve contato. No que diz respeito à rapidez na transmissão de informações e na distribuição de jornais e revistas, os reflexos e conseqüências dessa nova tecnologia foi proporcionalmente bem maior que o da computação e o da Internet no final do século XX.

Para se ter uma idéia desse impacto, é interessante analisar um escrito do já famoso literato da época, Machado de Assis, publicado no *Diário do Rio de Janeiro* em 1894. No trecho ele destaca, com críticas e receios, como o telégrafo mudava a vida das pessoas na Capital da República e, de que forma, tornava a notícia parte do dia a dia e as distâncias entre os países, menores.

Não tínhamos ainda este cabo telegráfico, instrumento destinado a amesquinhar tudo, a dividir as novidades em talhadas finas, poucas e breves. Naquele tempo as batalhas vinham por inteiro, com as bandeiras tomadas, os mortos e feridos, número de prisioneiros, nomes dos heróis do dia, as próprias partes oficiais...<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> NATALI, 2004: p.22.

<sup>17</sup> Apud CAMARGO, 2006. Disponível em [www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores&id=36](http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores&id=36). Acessado em 18 de out. de 2009

Em verdade, pode-se dizer que essa revolução nos meios de comunicação se deu em junho de 1874. A data marca o período em que o Brasil passa a se ligar à Europa a partir de Pernambuco. A conexão já existia, costeava todo o litoral brasileiro até o sul, e, dali, seguia para Montevidéu, estabelecendo contato com o Pacífico, ao contornar o Estreito de Magalhães. De Pernambuco se alcançava a Europa pela Inglaterra e também o Pará, entroncando-se com o cabo que vinha dos Estados Unidos<sup>18</sup>.

Apesar de residir hegemônica no Brasil, a *Havas* francesa não era a única agência de notícias a existir no mundo. Utilizando o telégrafo desde 1845 existiam também *Reuter*, conhecida como *Havas-Reuter*, agência inglesa mas consorciada pela francesa, a alemã *Wolff*, e a americana *Associated Press (AP)* – os serviços da também americana *United Press* só chegariam ao Brasil em 1920.

Inclusive, foi da *AP*, em 1858, o primeiro despacho por cabo telegráfico transatlântico. O texto, para uso dos jornais norte-americanos, trazia 48 palavras e se referia a uma rebelião contida na Índia contra os ingleses<sup>19</sup>.

Mas, a supremacia da comunicação via cabos submarinos na Europa, Américas e Ásia ficava por conta de três empresas: *Havas*, *Reuter* e *Wolff*. Como mostra o historiador Haroldo Leitão Camargo, em 1870 as companhias assinam um acordo que partilha o mundo em esferas exclusivas para fornecimento de serviços. À *Reuter* coube o Império Britânico além do Extremo Oriente. A *Wolff* ficaria com os países germânicos, a Escandinávia e a Rússia. E a *Havas*, com grande parcela do bolo: França e coloniais, os países latinos, Itália, Espanha e Portugal, além do controle exclusivo para o fornecimento de notícias para toda a América Latina. Para isso, a *Havas*, além de negociar com as outras agências européias, também teve de fazer acordos com a americana *Associated Press* (criada em 1848) que renunciou à distribuição e prestação de serviços para a América Meridional.

Mas um curioso e contraditório fato merece ser lembrado: para ser capaz de subsidiar o Brasil de informações, a *Havas* não poderia funcionar em Paris, pois, o cabo transatlântico brasileiro partia de Londres. Foi então necessário montar uma sucursal da França na capital britânica, a *Amsud* (Amérique du Sud). O escritório da *Havas* jamais teve qualquer ingerência dos concorrentes, inclusive britânicos, desde 1876.<sup>20</sup>

O telégrafo transforma, assim, as publicações diárias dos jornais. Reduz-se as distâncias no mundo e torna possível noticiar fatos na Europa com pelo menos um dia de

---

<sup>18</sup> *Ibidem*.

<sup>19</sup> NATALI, 2004: p.19

<sup>20</sup> CAMARGO, 2006. Disponível em [www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores&id=36](http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores&id=36). Acessado em 18 de out. de 2009.

atraso. A partir desse recurso foram muitos os periódicos que passaram a pagar, altíssimos preços, pelo conteúdo produzido pelas agências de notícias internacionais e a priorizar, em suas edições, as informações vindas do exterior.

Dessa forma, o *Correio da Manhã* anunciava a implantação do serviço telegráfico na redação, acompanhando o que já ocorrera anteriormente em outros diários da cidade. O *Jornal do Comércio*, desde 1º de agosto de 1877, publicava os serviços da Agência *Havas*, que instalara seu escritório no Rio de Janeiro três anos antes.<sup>21</sup>

Na edição de 1º de agosto daquele ano, o *Jornal do Comércio* trazia impressas as duas primeiras notícias internacionais que o Brasil publicava simultaneamente com os jornais europeus. O primeiro telegrama informava que nos estaleiros ingleses de Millwal fracassara a tentativa de lançar ao mar uma fragata, a *Independência*, encomendada pela Marinha brasileira. O segundo telegrama informava a morte de um ex-embaixador britânico no Brasil.<sup>22</sup>

Com o novo recurso, o *Jornal do Comércio* passa a publicar as notícias internacionais sob a forma de telegramas, na sua primeira página. Os acontecimentos na Europa e Estados Unidos, por exemplo, ganham o lugar de destaque no jornal, e são publicados ao lado de romances inéditos de Zola, Victor Hugo e Eugene Sue, como registra Barbosa (2000). Da mesma forma se comportam o *Correio da Manhã*, a *Gazeta de Notícias*, o *Jornal do Brasil* e *O Paiz*, periódicos de maior destaque entre os anos de 1880 às primeiras décadas do século XX. Inseria-se assim um novo modo de fazer jornalismo.

De que maneira tais informações chegavam às redações? Segundo registra Natali, o século XX começou com o impacto do teletipo. O Telégrafo e o código Morse só se tornaram ultrapassados por volta da Primeira Guerra Mundial, mas ainda assim foi utilizado na Segunda Guerra Mundial por enviados especiais brasileiros.

O telégrafo funcionava da seguinte maneira: uma das duas extremidades do aparelho telefônico era conectada a um teclado, uma espécie de máquina de escrever, que, na verdade, era o terminal da agência de notícias. Nas outras extremidades eram conectadas máquinas de escrever sem teclados. Estes eram os terminais dos jornais e revistas que pagam pela assinatura dos serviços telegráficos da agência de notícias. Cada letra era transmitida separadamente, por processo analógico.

---

<sup>21</sup> BARBOSA, 2007: p.25.

<sup>22</sup> NATALI, 2004: p.24.

Uma variação bem posterior do teletipo foi o telex. Funcionava da mesma forma, com a diferença de que nas duas extremidades da linha telefônica a máquina tinha teclado. Com o telex, pessoas que estivessem nos dois terminais em cada extremidade da linha poderiam dialogar uma com a outra. Dessa maneira, por exemplo, o que eu escrevia aparecia no meu rolo de papel com letras em cor preta. O que meu interlocutor escrevia aparecia no meu rolo de papel com letras em cor vermelha.

Para Natali (2004), “as máquinas eram mastodontes barulhentos, caríssimos e cheios de melindres mecânicos”.

Entrar na salinha do telex de uma redação era a mesma coisa que descer à casa das máquinas de um velho e decrepito navio. Um clima barulhento, quente e inóspito. Dependendo do modelo dos aparelhos e da quantidade de terminais em funcionamento, o ruído era tão grande que duas pessoas não conseguiam conversar a não ser que gritassem uma com a outra. Os teletipos também eram dotados de um sininho. Quando a agência queria anunciar a seus assinantes algo de muitíssimo urgente, os despachos eram precedidos de alguns toques de sininho. (...)

O sininho foi bastante espalhafatoso na madrugada de 6 de agosto de 1945. Às 20h17min do dia 5, data e hora do Rio de Janeiro, os norte-americanos soltaram a bomba atômica sobre Hiroshima. A notícia não foi divulgada de imediato, mas chegou com tempo útil para tranqüilamente entrar em segundo clichê. Anedotas maldosas ainda hoje procuram desqualificar as redações em que supostamente ninguém teria prestado atenção ao sininho com os primeiros *flashes* do comunicado das forças norte-americanas no Pacífico.<sup>23</sup>

O aparelho só se tornou obsoleto em 1985, quando surgiram novos teletipos e o telex. Mais rápidos e com capacidade de transmitir menos de duzentos sinais por minuto. Porém, tiveram participação crucial na transmissão das notícias da Segunda Guerra Mundial para o Brasil e o Mundo.

Mas, retomando, a presença das agências de notícias internacionais no jornalismo brasileiro foi marcante e determinante para a nova formatação dos periódicos que começaram ascender nas primeiras décadas do século XX. Na primeira página do *Jornal do Comércio*, por exemplo, reservava-se em uma de suas oito colunas a seção “Telegramas internacionais”. Nela eram publicadas as notícias do mundo e estas respeitavam uma ordem fixa e em que se levava em consideração a importância histórica e política dos países, bem como sua proximidade com a história do Brasil.

---

<sup>23</sup> NATALI, 2004: p. 20.



Sendo assim, o foco sobre os noticiários internacionais estava disposto da seguinte forma: Inglaterra, França, Alemanha (nação que começava a causar fascínio na população brasileira), Áustria-Hungria, Portugal, Espanha, Itália, Rússia, Turquia, Albânia, Estados Unidos, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Nesse cenário, a Primeira Guerra Mundial trouxe uma característica peculiar aos impressos brasileiros. Pessôa (2001) mostrou que nenhum jornal brasileiro enviou repórteres para acompanhar os combates. Diante disso, não podemos utilizar como justificativa do posicionamento o fato do Brasil não ter levado tropas para o conflito. Pelo contrário, apesar de pouco falado, a historiografia registra que o Brasil foi à guerra, embora tenha levado poucos homens e não apresentado grandes feitos. Dentre os países sul-americanos, o nosso País foi o único a mobilizar tropas para o *front*. Os demais se mantiveram neutros, ou no máximo, como o Uruguai, suspenderam a neutralidade, mas não declararam guerra à Alemanha<sup>24</sup>.

Como registra Pessôa (2001), em 1918, já quase no fim do conflito, o presidente à época, Venceslau Brás com o apoio da Câmara e do Senado, enviou uma tropa pequena composta por alguns soldados na Legião de Honra, um grupo de aviadores do Exército e da Marinha, além de médicos (cem cirurgiões) e enfermeiras. As tropas foram integradas ao exército inglês e francês respectivamente. A Marinha do Brasil também foi deslocada para patrulhar a costa brasileira, além do noroeste da África e o sul da Europa (o Mediterrâneo).

É interessante ressaltar que, assim como na Segunda Guerra Mundial, o Brasil saiu do estado de neutralidade para o estado de guerra - com a declaração oficial de posicionamento contra a Alemanha e a decisão pelo recrutamento e envio de tropas - depois de uma série de afundamentos de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães em águas européias - mais de sete embarcações foram torpedeadas nesse período. Os ataques em alto-mar e a notícia de morte de inocentes mexeram com a opinião pública e com os jornais, que até então, se mantinham neutros, ou pelo menos, enxergavam o conflito com certo distanciamento.

Foi a partir do bombardeio dos navios mercantes, em especial “no dia 19 de outubro, quando o Macau é atingido pela artilharia alemã e vários tripulantes são feitos prisioneiros”<sup>25</sup>, que o governo passou a ser pressionado a tomar uma atitude. Dias depois Venceslau Brás manda uma mensagem ao Congresso Nacional e decreta o estado de guerra contra a Alemanha.

Mesmo assim, diante da importância dos acontecimentos, nenhum jornal enviou correspondentes para a zona de conflito. Por quê? Considero que a ausência de enviados

---

<sup>24</sup> PESSOÂ, 2001: P.35

<sup>25</sup> *Ibidem*, p.70.

especiais na Primeira Guerra Mundial tenha sido ocasionada pelo fato dos jornais, naquela época, ainda não terem se consolidado como empresas razoavelmente fortes, tanto no aspecto financeiro quanto político. Os veículos de comunicação eram ainda muito incipientes e grande parte de sua renda era oriunda de subsídios de políticos e do governo.

Se voltarmos ao início do século XX no Brasil, perceberemos que a mídia e seus respectivos formadores de opinião pública se resumiam aos jornais e algumas revistas. Só em 1923 foi fundada a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, por Henrique Morize e Edgar Roquete Pinto, primeira rádio do Brasil.

Outro argumento que justificaria a escolha de não levar correspondentes para a zona de conflito na “Grande Guerra”, é a barreira econômica: o aumento no preço do papel jornal.

A guerra, no princípio, atingiria o orçamento dos jornais brasileiros de forma muito mais alarmante do que a opção ideológica dos jornalistas por esse ou aquele país beligerante. Entusiasmados com o crescimento das vendas e dos anúncios desde 1910, os departamentos comerciais das empresas jornalísticas levariam um susto ao compararem as receitas líquidas do exercício de 1914 com as dos anos anteriores. Uma queda considerável por causa do aumento nos preços do papel, reflexo imediato do aumento do valor da matéria-prima em vários setores da guerra. O material gráfico, como tinta e provimentos das rotativas, aumentou em 50%.<sup>26</sup>

Foi a partir do surgimento dos periódicos estruturados em moldes empresariais e, sobretudo, nos anos 1940, quando se vê grupos isolados dominando mais de um título – como o caso da cadeia de jornais dos *Diários Associados* e do grupo comandado por Olival Costa que controlava a *Folha da Manhã*, *Folha da Tarde* e *Folha da Noite* –, que a imprensa ganha poder econômico e força de intervir no cenário político. Essa reconfiguração dos diários brasileiros, em especial, cariocas foi, a meu ver, decisiva para que a imprensa nacional cobrisse as tropas brasileiras na Itália.

Dessa maneira, a cobertura da Primeira Guerra foi feita via agências de notícias. Ou, ainda, a partir de relatos de viajantes vindos da Europa para o Brasil. Mas, os textos publicados nos jornais vinham moldados pelos redatores, e, assim, se apresentavam como enriquecidos de uma postura interpretativa, baseada em simpatias ou antipatias para com um dos lados ou então em informações históricas sobre os beligerantes e territórios que eram palco de combates<sup>27</sup>.

Já na Segunda Guerra o papel das agências de notícias internacionais foi minimizado, mas mesmo assim não se tornou menos importante. Parte da imprensa, ou melhor, os grandes

---

<sup>26</sup> Ibidem: p.32.

<sup>27</sup> NATALI, 2004: p.25.

jornais, podiam contar com os despachos de seus próprios repórteres, além das informações oficiais vindas pela *Agência Nacional de Notícias*. Os que não contavam com correspondentes pagavam pelos serviços da *Agência Meridional*, de Assis Chateaubriand, que tinha Joel Silveira como enviado especial, e das próprias agências internacionais, especialmente as agências norte-americanas, como a *United Press (UP)* e a *Associated Press (AP)*, além da *Reuter*.

Inclusive, como registra Leonardo Guedes Henn, a *AP* chegou a enviar um correspondente de guerra junto à FEB, Henry Bagley, assim como a *Reuter*, que possuía Harry Buckley. Os despachos de Bagley eram noticiados em alguns jornais diários no Brasil, como *O Correio do Povo (RS)*. Já o noticiário internacional comprado pela *UP* e *Reuter* era publicado pelo *Jornal do Comércio (RJ)*, o *Estado de São Paulo (SP)* e até mesmo pela rede nacional dos *Diários Associados*, que também possuía Joel Silveira como correspondente.<sup>28</sup>

Somente aquilo que não poderia ser coberto pelos “repórteres do *front*”, cuja posição estava limitada ao norte da Itália, local onde se instalou a FEB, era obtido por meio das agências internacionais. Mas, diante da ida dos soldados brasileiros, o que mais se destacava nas edições eram as crônicas dos enviados sobre os feitos e o dia a dia das tropas brasileiras no campo de batalha, além da história de vida anônima de alguns pracinhas.

É interessante destacar também que, apesar das informações das agências internacionais terem tido um papel minimizado na composição das matérias dos grandes jornais, veículos que possuíam correspondentes que a toda hora enviavam despachos telegráficos da Itália, elas não deixaram de ser importantes. Isto porque, além de cobrirem outros lados do *front*, essas mídias sofriam menos com as amarras da censura impostas não só pelo Comando Geral Militar dos Aliados, da FEB e, menos ainda, com o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda do governo brasileiro). É por esse argumento que se entende também a manutenção por Chateaubriand da compra de noticiário internacional da *UP* e *Reuter*.

A maior parte dos relatos sobre os acontecimentos, em especial, derrotas na linha de conflito por parte das tropas brasileiras era minimizada nos textos. Eram também descritos com lirismo e figuras de linguagem que suavizavam e até escondiam a realidade. Segundo Henn (2000), “os revezes brasileiros eram impossíveis de serem identificados pelos leitores, pois geralmente eram caracterizados como retiradas estratégicas ou grandes golpes submetidos ao inimigo”.<sup>29</sup>

---

<sup>28</sup> HENN, 2000: p.57.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p.63.

Quando não, os textos passavam pelo corte duro da censura, chegando ao Brasil faltando partes.

De fato, Rubem Braga comenta em seu livro de crônicas que um de seus despachos, de vinte páginas, referente a um dos grandes revezes que as tropas brasileiras sofreram ao atacar Monte Castelo, em 29 de novembro de 1944, e que foi enviado ao Brasil já contendo os cortes da censura militar, não foi publicado em seu jornal em consequência do veto do DIP. O correspondente da AP, Henry Bagley, por sua vez, teve o seu comunicado sobre o episódio publicado no jornal *Correio do Povo*. Neste, ele explicitava tratar-se de um reves sofrido pelas tropas brasileiras embora não deixasse de ressaltar a grande atuação dos soldados no combate. (*Soldados brasileiros enfrentam, com denoto, o terrível fogo dos alemães*. 5 dez. 1944)<sup>30</sup>.

Logo, era com pouca objetividade e através do uso das comparações e de um lirismo exacerbado que as matérias dos correspondentes e enviados especiais brasileiros sobre a guerra eram encaminhadas ao Brasil. Dessa forma, as informações das agências de notícias internacionais vinham não só para mostrar o que estava acontecendo em outras zonas de conflito além do norte da Itália, como também para contrabalançar e até recriar a realidade do *front* brasileiro.

Mesmo com a presença de repórteres no teatro de guerra, os jornais necessitaram e muito dos serviços das agências de notícia, fossem eles mais ou menos estruturados financeiramente. Mas ainda assim, as informações enviadas deixavam a desejar no quesito emoção. Só mesmo as grandes reportagens, ainda na forma de crônicas, seriam capazes de dar sentido aos horrores dos combates.

### 3.2 Os correspondentes literários

Além do serviço combinado com um dos primeiros órgãos de publicidade do continente americano e dos seus correspondentes literários em Lisboa, Porto, províncias de Portugal, Paris e Roma, o *Jornal do Brasil* tem correspondentes telegráficos especiais em Paris, Roma, Londres, Lisboa, Montevideu e Buenos Aires, recebendo, em média pelo cabo submarino de seiscentos a mil palavras diárias (*Jornal do Brasil*. 1 jan.1901, p.1).<sup>31</sup>

Não bastava receber informações telegráficas do exterior via agências de notícias, era preciso ter olhos lá fora. Foi assim que os jornais sentiram a necessidade de ter representantes em pontos estratégicos da Europa. O *Jornal do Comércio*, por exemplo, possuía correspondentes em algumas cidades como Paris (França), Lisboa (Portugal), Roma (Itália) e

<sup>30</sup> HENN, 2000: p.62.

<sup>31</sup> Apud BARBOSA, 2007: p. 193

Buenos Aires (Argentina). A *Gazeta de Notícias* mantinha profissionais em Lisboa, Paris, Itália e Londres.

Em 1901 o *Correio da Manhã* inaugurava uma seção especial, voltada para a cobertura de assuntos internacionais, “Pelo Telégrafo”. A preocupação de estar em pé de igualdade e, em certo aspecto, com nível superior aos demais veículos de imprensa era tamanha que o periódico anuncia que as informações telegráficas internacionais seriam da “mais completa perfeição”. Segundo Barbosa (2007), à época o jornal tinha correspondentes especiais nas mais importantes capitais do mundo, além de estar Edmundo Bittencourt (advogado por formação e dono do jornal) seguindo para Buenos Aires, para criar o serviço especial de informações sul americanas. Com isso, “os nossos leitores ficarão assim a par de todo movimento nas grandes capitais e conhecedores das modificações que se dão na política internacional”<sup>32</sup>.

Mas, quem eram esses correspondentes e qual o status deles? Essas figuras eram, na verdade, literatos (escritores consagrados), políticos, diplomatas, profissionais liberais e pequenos empresários que paralelamente às atividades profissionais colaboravam com os jornais da época. Não só por gosto, tinham interesse de conquistar visibilidade, prestígio e espaço dentro da esfera política e social. Seja na burocracia oficial, seja na política ou na diplomacia.

Como Adriana Kuhn (2005) destaca, os jornais brasileiros recebiam artigos enviados, eventualmente, por diplomatas em missão no exterior. Ou ainda como define Garambone Pessôa, “os jornais exploravam a boa vontade de diplomatas em missão no exterior, que eventualmente mandavam artigos sobre fatos ocorridos fora do Brasil”<sup>33</sup>.

Ou seja, colaboradores e não profissionais contratados pelos jornais, enviados ao exterior por alguma causa específica. É interessante salientar que, apesar da vantagem de receber a colaboração de diplomatas, seus textos eram orientados pelas diretrizes do Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty. Logo, nem sempre se tinham informações que pudessem, talvez, interessar ao leitor médio.

No caso dos escritores, os jornais eram a ponte para o contato com as massas e, assim, a conquista da tão sonhada popularidade. É no jornal que os literatos ganham notoriedade necessária para atingir o grande público. Logo, a colaboração nos impressos era a alavanca para o sucesso de seus romances e contos.

---

<sup>32</sup> BARBOSA, 2000: p.27.

<sup>33</sup> PESSÔA, 2001: p.45.

Devido a proximidade entre o exercício do jornalismo com a literatura e a política, observa-se que, assim como com os correspondentes internacionais, os primeiros enviados especiais para a cobertura de conflitos no Brasil eram intelectuais. Na sua maioria, políticos e escritores. O pioneiro nesse sentido foi a *Semana Ilustrada*, revista de variedades publicada irregularmente no Rio de Janeiro de 1860 a 1865. Teve como colaboradores Machado de Assis, Quintino Bocaiúva, Joaquim Manuel de Macedo e Joaquim Nabuco. Em 1860 a revista enviou para a cobertura da Guerra do Paraguai Joaquim José Inácio (futuro visconde de Inhaúma), Antonio Luís von Hoonholtz (futuro barão de Tefé) e Alfredo d'Escragolle Taunay<sup>34</sup>, todos da elite social e política do Império.

No fim do século, em 1896/97, o literato e tenente do exército Euclides da Cunha foi até o sertão da Bahia para cobrir o confronto entre exército e moradores da comunidade de Canudos. O conflito era visto até então como um movimento popular de insurreição contra a República e restauração da monarquia, sob a direção de um religioso, Antônio Conselheiro.

Como correspondente especial do *O Estado de São Paulo*, Euclides da Cunha fez a cobertura daquela que ficou conhecida como “A Guerra de Canudos”. Anos depois, suas reportagens serviram de guia para o livro “Os sertões: Campanha de Canudos”, publicado em 1902. O livro foi escrito em São José do Rio Pardo, São Paulo, quando, digamos, o jornalista, militar e também engenheiro construía a ponte sobre o rio que dá nome à cidade.

Além de Euclides da Cunha, os menos conhecidos Lélis Piedade (estudante de medicina), Júlio Procópio Fávila Nunes (coronel), Manoel Benício (capitão honorário do exército), Manuel Figueiredo (major) e Cisneiros Cavalcanti (coronel) também atuaram como correspondentes de guerra pelo *Jornal de Notícias*, de Salvador, e *O Paiz*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Comércio*, *A Notícia* e *A Noite*, do Rio, (respectivamente). As reportagens de Benício também viraram livro, “O Rei dos Jagunços: crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos”, 1899. Por sinal, Manoel Benício já havia trabalhado como correspondente de guerra no jornal *O Tempo*, durante a Revolta da Armada, 1891 a 1894.

Entretanto, tais correspondentes não eram puramente jornalistas. Eram profissionais que levavam o jornalismo paralelamente às suas carreiras na literatura, burocracia, exército ou, no caso de Lélis, na Medicina. Logo, não eram repórteres em si, não viam e não tinha o jornalismo como profissão. Até porque, o jornalismo como profissão ainda não havia se

---

<sup>34</sup> SODRÉ, 1999: p.205.

consolidado, só iria ocorrer nos anos 50 com a criação dos cursos de formação superior na área.

Esses correspondentes literários eram em verdade colaboradores da imprensa que, por sinal, recebiam altas quantias por seus trabalhos. Como registra Ana Luiza Martins,

O Jornal do Comércio pagava entre 30\$000, 50\$000 e 60\$000 a colaboração; o Correio da Manhã 50\$000. Em 1907, recebiam ordenados mensais Bilac na Gazeta de Notícias e Medeiros e Albuquerque em O País (sic), neste mesmo ano, coube a Alphonsus Guimarães a fabulosa quantia de 400\$000 na Gazeta, em São Paulo, isso por deferência ao literato, pois tratava-se de ordenado muito superior ao que se pagava em Paris. (...) Lima Barreto talvez tenha sido um dos escritores que mais vivenciou essa transição. Contava com a renda do trabalho intelectual para completar o salário de burocrata, insuficiente para despesas com o pai doente e os desmedidos gastos pessoais<sup>35</sup>.

Pode-se dizer que essa tendência da imprensa brasileira de cobrir conflitos se deu a partir da influência americana. Segundo Henn (2000), não habituada a grandes coberturas jornalísticas, a imprensa brasileira se inspirava nas reportagens produzidas na Guerra Civil Norte-Americana (1861 a 1865), evento acompanhado por 150 correspondentes de guerra. O trabalho do correspondente britânico do *The Friend* na Guerra Boer, na África do Sul, no final do século XIX, também é apontado como grande influência para o jornalismo internacional brasileiro. Diferentemente do que acontecia no Brasil neste período, o jornalismo internacional já entrava em sua fase adulta.

Mas foi a partir dos anos 1920 que o jornalismo brasileiro passou a utilizar com mais frequência e de forma diferenciada – não mais com literatos, diplomatas e militares – os correspondentes de guerra. Repórteres enviados especialmente para a cobertura de grandes acontecimentos, que passaram a ser chamados de enviados especiais.

Nesse sentido, a principal difusora “desse novo estilo de fazer jornalismo”, pelo menos em parte, para nós brasileiros, veio com a cadeia de jornais dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. Antes mesmo da eclosão da Segunda Guerra Mundial, Chateaubriand escalou repórteres para a cobertura de conflitos bélicos. A Coluna Prestes, na década de 20, e a Revolução Constitucionalista, de 1932. Este último foi coberto pelo jornalista Rubem Braga, que se tornou, anos depois, enviado especial à Segunda Guerra Mundial, representando o *Diário Carioca*.

---

<sup>35</sup> MARTINS, 2008: p. 215.

Chateaubriand foi mais audacioso. Contratou um correspondente de Paris para cobrir a Guerra da Abissínia, na África. Pelos registros de autores que trabalham com esse assunto, pode-se afirmar que Chateaubriand foi pioneiro na reportagem de cobertura de conflitos mundiais.

Grande empresário e, ao mesmo tempo, homem de mídia, Chateaubriand talvez tenha percebido, antes dos outros, que os relatos e descrições de batalhas, travadas aqui ou em países distantes e exóticos, provocassem a curiosidade de nossos leitores. Segundo Henn “as batalhas (...) propiciavam divertimento tal como o folhetim para os leitores da imprensa ocidental”<sup>36</sup>.

### 3.3 O enviado especial

É indiscutível que com o surgimento e popularização das agências de notícias se tornou economicamente mais fácil repercutir internamente fatos que se davam na Europa, Estados Unidos e Ásia, por exemplo. Conforme Natali (2004), “as agências deram viabilidade econômica ao noticiário internacional, visto que o texto distribuído a centenas de jornais, que assinam os serviços de uma agência, sai incomparavelmente mais barato que o texto produzido por um correspondente ou enviado especial, cujos custos são cobertos inteiramente por um jornal ou por uma revista”<sup>37</sup>.

As agências de notícias também foram a solução para os pequenos jornais. Por falta de recursos não possuíam correspondentes fixos nem podiam enviar repórteres especiais para a cobertura de grandes acontecimentos, como guerras. A única saída viável era se conformar com as reportagens de outros repórteres, compradas de agências de notícias.

Na Segunda Guerra Mundial, por exemplo, tanto *O Estado de São Paulo* como o *Jornal do Comércio* tiveram que utilizar os serviços da *Reuter*, *UP* e da *Agência Nacional* (agência de notícias oficial do Governo Vargas) – e secundariamente da BBC e da Coordenação de Assuntos Interamericanos (órgão diplomático do governo americano) para acompanhar a movimentação dos pracinhas na Itália.

Sobre *O Estado de São Paulo* uma situação particular o diferencia dos demais. De 1940 a 1945 o jornal foi mantido sob intervenção do governo. Nesse período, passou a ser controlado pelos censores, virando uma espécie de mídia oficial. Seu dono, Júlio Mesquita Filho, partiu para o exílio na época. Dessa maneira, pode-se relacionar a ausência de enviados

---

<sup>36</sup> HENN, 2000: p.7.

<sup>37</sup> NATALI, 2004: p. 32.



do “Estadão” no conflito muito mais pela intervenção do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) no veículo do que pela falta de recursos<sup>38</sup>.

Até para as grandes empresas de comunicação era excessivamente caro manter correspondentes fixos em outros países. A inovação das agências de notícias acabou modificando profundamente o modo de estruturação da imprensa no mundo. Dessa maneira, o correspondente ou enviado especial passa a ser um diferencial de peso para a imprensa de todo e qualquer país, inclusive para o Brasil. Ele se torna peça rara, utilizada apenas para a cobertura de grandes acontecimentos, como as de conflitos bélicos.

A convocação de repórteres para a cobertura de zonas de conflito se deu, primeiramente, em meados do século XIX. O jornal londrino *The Times*, foi um dos primeiros a acompanhar as batalhas da Guerra da Criméia (1854-1856) que envolveu Rússia, Grã-Bretanha e França. Ao perceber o interesse da população por notícias da guerra, o veículo enviou o jornalista Willian Howard Russel para a zona de conflito. Devido às restrições de se obter informações no *front*, por causa da censura e do medo de espíões por parte do Comando das Forças Militares, Russel abordava oficiais e soldados e os pedia para relatar as cenas de conflito. Foi assim que ele tentava recriar a guerra para seus leitores.

Um segundo momento histórico da participação de enviados especiais foi na já citada Guerra Civil Norte-Americana (1861-1865). O conflito reuniu cerca de 150 profissionais. Jornais do Norte e do Sul dos Estados Unidos, bem como da Grã-Bretanha enviaram representantes para cobrir o teatro de guerra. Mas nesse momento, a valorização do papel do repórter especial era ocasionada não por seu status de testemunha ocular da história na cobertura de um acontecimento importante. Pelo contrário, o que causava impacto na população e, com isso, se tornou fator fundamental para a popularidade desse profissional, era a atração que os textos, cheios de fantasias e se valendo de pouca veracidade, causavam nos leitores<sup>39</sup>.

Seguindo a contextualização histórica, pode-se citar a Guerra Hispano-Americana (1898), em Cuba, como outro grande acontecimento que contou com a presença de enviados especiais de grandes jornais da época. Da mesma maneira, a Guerra dos Boxers, em 1898, na China, e a Guerra Russo-Japonesa, 1904, que destacaram um novo jeito de se fazer a cobertura de guerra. Muito menos pautada nos dantescos conflitos bélicos e com mais atenção

---

<sup>38</sup> No próximo capítulo a censura à imprensa será abordada com mais detalhes.

<sup>39</sup>HENN, 2000: p.8.

à população local e aos oprimidos. Essa atuação humanitária teve como destaque a ação do correspondente italiano Luigi Barzini<sup>40</sup>.

No jornalismo nacional, a inserção do enviado especial se deu a partir de Assis Chateaubriand. Porém, muito além desse empresário e homem de mídia, a figura do correspondente de guerra está associada a um conjunto de transformações na imprensa que dialogam com a introdução da lógica capitalista de produção em todos os setores do jornal.

Somada a criação de departamentos comerciais mais eficazes de captação e venda de anúncios e de uma nova logística de circulação dos periódicos, que passavam a ter horário certo para serem rodados, a imprensa, e mais especificadamente, as redações ganhavam um ar mais profissional. Redatores, repórteres e colaboradores passam a ter funções e atribuições mais definidas.

Daí, há uma tensão. De um lado, o processo de empresariamento dos jornais vai se tornando, assim, cada vez mais incompatível, com os espaços generosos cedidos na primeira página para artigos apaixonados de personalidades da sociedade e com o tom literário e exagerado sobre os fatos cotidianos. É claro que tais transformações se dão lentamente e, o que se observa, é ainda a permanência de escritores. Muitos dos homens de letras se transformam em redatores das notícias apuradas na rua pelos repórteres ou, segundo Pessoa (2001), fogem “para as revistas, onde serão acolhidos de braços abertos”.

De outro, apesar dessas transformações, a mudança não se dá por completo. Em especial, no que se refere à forma como os profissionais ingressam nas redações. Segundo Barbosa (2007), nas décadas de 1930 e 1940, o ingresso no mundo do jornalismo pouco tinha mudado em relação ao início do século: indicações de pessoas influentes e relações de amizade são fundamentais para ingressar na profissão, que se acumula com outra atividade, normalmente no serviço público.

Por fazerem parte de um conglomerado de mídia, os jornais dos *Diários Associados* foram os primeiros a utilizarem repórteres brasileiros para cobrir conflitos bélicos, rebeliões, revoluções ocorridas no Brasil e/ou no exterior

Somente na Segunda Guerra Mundial, porém, é que o jornalismo internacional brasileiro ganharia nova cara: a inovadora presença de repórteres brasileiros em um conflito de ordem mundial e de grandes proporções. Além de representantes da imprensa oficial, repórteres de quatro grandes veículos foram escalados para cobrirem o conflito. Sem contar na

---

<sup>40</sup> Jornalista e escritor Luigi Barzini foi correspondente de guerra de um dos mais prestigiados diários italianos, o “Corriere della Sera”.

brasileira já correspondente internacional Silvia Bittencourt. “Majoy”, esposa de Paulo Bittencourt, diretor do *Correio da Manhã*, era correspondente fixa da *UP* na Europa.

Entre os repórteres de empresas jornalísticas que foram para *front* estão Murilo Marroquim, Barreto Leite Filho e Joel Silveira, todos enviados dos *Diários Associados*, Rubem Braga, representante do *Diário Carioca*, Egydio Squeff, de *O Globo*, e Raul Brandão, do *Correio da Manhã*.

A Segunda Guerra Mundial assistiu à presença inédita de enviados especiais para a cobertura da atuação da FEB no *front*. Essa participação estava relacionada a quatro fatores. O primeiro, pela reformatação da estrutura da imprensa nacional. Os jornais começavam a se afirmar como empresas, possuíam uma capacidade de captação de recursos via publicidade e vendas por assinatura maior. O que, em tese, os poderia tornar menos dependentes das verbas oficiais. Assim, talvez, dispusessem de mais recursos para enviar à guerra repórteres especiais.

O segundo fator é a importância política da participação no conflito. A guerra que mobilizava potências no jogo das relações internacionais, e, principalmente, acentuava contradição política que a ida do Brasil ao combate representava ao governo Vargas. Isso porque, ao mesmo tempo em que deslocava tropas para lutar contra os regimes fascista e nazista, Vargas mantinha o país sob as amarras da ditadura do Estado Novo. Dessa maneira, qualquer empresa jornalística, seria capaz de identificar a importância de se acompanhar e noticiar os acontecimentos de perto e, quem sabe, expor essas contradições.

Terceiro, o número de homens enviados. A Segunda Guerra Mundial teve a participação de 25 mil soldados. Morreram 430, e mais 13 oficiais do Exército e oito da Aeronáutica.

Por fim, o Brasil, mais uma vez, foi o único país latino-americano a enviar tropas para o esforço de guerra dos Aliados. Essa posição junto ao cenário das relações diplomáticas dava destaque ao Brasil perante os demais países subdesenvolvidos. Não foi a toa que a cobertura da atuação da FEB também foi acompanhada por olhos de jornalistas internacionais. Segundo Henn (2000), entre oito a dez repórteres estrangeiros cobriram a atuação dos pracinhas no norte da Itália.

Além de se destacar dentre os países latino-americanos, havia outro fator que tornava a participação da FEB no conflito como um acontecimento prioritário para a cobertura internacional. De acordo com Henn (2006), a participação do Brasil “se constituía em um oportuno fator a ser usado na propaganda de integração do continente americano”, encabeçada pelos Estados Unidos. Indo um pouco além, podemos relacionar já com a política dos americanos de controle e fixação da América do Sul como zona de influência na Guerra Fria.

Ação essa que já vinha se estruturando desde o século XIX com a Doutrina Monroe e a política do Big Stick.

Todos esses pontos justificam não só a ida de repórteres brasileiros como internacionais para o QG (Quartel General) da FEB no norte da Itália. Vale aqui citar alguns correspondentes estrangeiros que acompanharam os pracinhas de perto. Pela Coordenação de Assuntos Interamericanos, órgão diplomático do governo norte-americano, Carrol Pecke, Frank Noral e Allan Fisher (cinegrafista e fotógrafo). Pela AP foi Henry Bagley e pela Reuter Harry Buckley. Já a BBC confiou a cobertura do conflito ao brasileiro naturalizado inglês, Francis Hallawell. Aquilo que Hallawell produzia para a Inglaterra, sob a forma de um programa diário, era também transmitido ao Brasil<sup>41</sup>.

A questão é saber como, no bojo das tensões entre imprensa e Estado Novo, se deu a ida dos enviados especiais para a Segunda Guerra Mundial e de que forma a cobertura da guerra afetou o prestígio desses profissionais e contribuiu para que imprensa e sociedade passassem a ver o repórter de uma outra forma. É o que veremos a seguir.

---

<sup>41</sup> HENN, 2000: p.57.

#### 4. A SEGUNDA GUERRA E A COBERTURA JORNALÍSTICA NACIONAL

Os anos 30 a 45, caracterizados como a primeira Era Vargas, marcam a ascensão das ideologias totalitárias e a crise dos ideais liberais no mundo. Assim como alguns países da Europa, o Brasil passou a ser governado por uma ditadura. Sem o pluripartidarismo, a liberdade de expressão e a atuação independente da imprensa, Vargas e a alta cúpula do governo mostram clara simpatia com o fascismo. E para levar adiante seus projetos políticos e ideológicos o controle dos meios de comunicação se caracterizava como estratégia ideal. Mas com o desenrolar da guerra, tudo muda. O Brasil é convocado a se posicionar e, assim, torna-se mais difícil controlar a imprensa e a opinião pública a respeito das contrariedades do regime estadonovista.

##### 4.1 A tensão entre Estado e Imprensa na ditadura Vargas

*O Correio da Manhã* aderiu, não podia ser contra. Mas os elogios eram magros. O grosso da imprensa ficou do lado do Estado Novo e assim se conservou ou compulsoriamente ou gostosamente. Até que o próprio *Correio da Manhã* rompeu essa asfixia, esse sufoco, com a entrevista do José Américo feita pelo Carlos Lacerda (Joel Silveira).<sup>42</sup>

O funcionamento da imprensa durante o Estado Novo teve aspectos particulares. Não só pela modernização das técnicas de impressão e circulação dos diários, em curso desde o início do século, bem como do jeito de se fazer jornalismo nas redações. O que surgia de especial era fruto do novo cenário político que se configurou com a tomada do poder por Getúlio Vargas. O novo chefe de estado trazia consigo todo um projeto político, ideológico e social para o Brasil, tendo a imprensa, e o rádio em seguida, papel prioritário na afirmação desse ideal.

A primeira Era Vargas foi marcada pela constante tensão entre imprensa e governo, especialmente com a criação de órgãos especializados na censura e controle dos jornais. Mas, o período também reflete as contraditórias relações entre o presidente e os dirigentes das principais publicações, com destaque para Assis Chateaubriand.

Ora amistosas, ora de ataques. São muitas as redes de poder, como também os mecanismos de persuasão da imprensa pelo Estado Novo. Diversas formas de calar os

---

<sup>42</sup> Apud BARBOSA, 2007: p. 111.

inimigos e manipular os noticiários da época foram utilizadas. Os jornais se dividiam entre a polêmica, o apoio institucional e a oposição sistemática. Já o governo, este se mantinha hegemônico nas capas dos periódicos, seja por coerção, por alinhamento político ou por necessidade, de papel, subsídios, publicidade ou auxílio técnico - estrutural, vide o uso dos informativos da *Agência Nacional de Notícias*.

Embora não menos importantes, as práticas de propaganda promovidas pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e as iniciativas de autoridades estaduais e federais de criar e difundir a imagem do regime e de seu chefe na sociedade ficarão de fora dessa pequena análise. Entender as relações entre imprensa e poder na primeira Era Vargas é prioritário para se compreender quão importante e contraditório foi a ida e cobertura da Segunda Guerra Mundial por repórteres brasileiros.

Logo após a ascensão ao poder pela coligação representada pela Aliança Liberal, que deu fim a hegemonia das oligarquias do Café com Leite, o Brasil passou por três fases políticas. O Governo Provisório (1930-1934), o Governo Constitucional (1934-1937) e o Período Ditatorial (1937-1945).

Esse período coincide com a crise dos ideais liberais no mundo. Assim como na Europa, o Brasil passou a viver sobre a égide da eliminação do pluripartidarismo, da liberdade política e da livre manifestação da imprensa. O alinhamento de Vargas e da alta cúpula do governo com o fascismo, ou melhor, com a versão portuguesa, o salazarismo era perceptível por certos setores da sociedade.

A própria população em si também se mostrava dividida. Basta lembrar dos integralistas, cujo líder era Plínio Salgado. Por melhor que tenha sido o jogo político-diplomático de Vargas, flertando ora com o liberalismo americano e ora com o totalitarismo de Hitler, é indiscutível que o País e, em especial, a imprensa e a produção cultural foram governados por mãos de ferro, mãos de ditador. O depoimento de Joel Silveira transcrito abaixo ilustra bem essa realidade.

Mas a gente dizia: um momentinho. Botava o papel na máquina e pedia para repetir a ordem. Datilografava e pregava numa cartolina. Anos seguidos eu guardei aquilo. A Constituição do Estado Novo, que dizem ser do Chico Campos, não é. Ele apenas traduziu do polaco. Você lê hoje e é exatamente igual, com uns laivos corporativistas, que era o negócio do Mussolini e do

Salazar. Todos aqui estavam certos de que o Hitler e o Mussolini, o nazi-fascismo ia ganhar (Joel Silveira) <sup>43</sup>.

Ainda no Governo Provisório, Vargas dava sinal de que iria intervir na atuação da imprensa. Em 1931 a tendência de que a liberdade de expressão e a livre atuação dos meios de comunicação sofreriam controle se concretizava com a criação do Departamento Oficial de Propaganda (DOP). Como registra Silvana Goulart (1990), nessa época a censura ao noticiário cabia aos diretores dos jornais, que, por sua vez, eram fiscalizados pelo chefe de polícia.

Em 1934 o órgão ganha nova nomenclatura e expansão das atuações, passa a se chamar Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Inicialmente sob a direção de Salles Filhos passou para a gerência do jornalista Lourival Fontes. O objetivo do órgão era então estudar a utilização do cinema, do rádio e outros processos técnicos como instrumentos de difusão de idéias, bem como estimular a produção de filmes educativos por meio de prêmios e favores oficiais.

Mas foi em 1937, que a censura se fortaleceu. A Nova Constituição abolia a liberdade de expressão e pensamento, além de reforçar os poderes do presidente, conferindo-lhe a faculdade de governar por decretos-leis. Anos depois era criado o DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda, dirigido pelo jornalista Lourival Fontes, de 1939 a 1943, depois pelo major Coelho dos Reis, de 1942 a 1943, e em seguida pelo capitão Amílcar Dutra de Menezes, de 1943 a maio de 1945, ano de sua extinção.

Tamanha era sua importância, o órgão estava diretamente subordinado à Presidência da República e ao Ministério da Justiça. Suas funções não se restringiam ao papel de censor, a tarefa maior era difundir a ideologia do Estado Novo.

Ao DIP cabia centralizar, coordenar, orientar e supervisionar a propaganda nacional interna e externa. Promover manifestações cívicas ou expositivas das atividades do governo, dirigir o programa de rádio oficial, bem como fazer a censura do teatro e do cinema, de funções recreativas e esportivas, das rádios, da literatura e, principalmente, da imprensa. Assim, ampliava-se a possibilidade do governo intervir em estados, municípios, nos veículos de comunicação, no teatro, na música, em fim, em toda a sociedade.

A imprensa era na verdade parte importante do mecanismo de afirmação do projeto político-ideológico de Vargas. Ou melhor, depois do rádio, um dos instrumentos para atingir o consenso das massas. Dessa forma, o apoio e aliança com os donos de jornais eram fundamentais para o sucesso dos planos do Estado Novo.

---

<sup>43</sup> *Ibidem*, p.114.

É a partir de então que uma rede de chantagens, censuras e trocas de favores se estabelecem nos jornais. O governo dispunha de diversos mecanismos para determinar aquilo que era publicado nos diários da época. Além disso, comunicados oficiais eram obrigados a entrar em todos os jornais sob a pena de prisão ao diretor do impresso.

Mas existiam formas mais sutis de controle dos jornais. Tudo começava pelas remessas de papel. Importado do Canadá e da Finlândia a matéria-prima para a impressão das notícias chegava ao Brasil intermediado pelo governo, mais especificadamente pelo DIP. Era ele o responsável por repassar aos jornais o papel. Nesse mecanismo de intermediação, o DIP facilitava o acesso à matéria-prima daqueles jornais simpáticos à política do Estado Novo. Outros chegavam até a receber subsídios integrais<sup>44</sup>.

Indo mais além, jornalistas que se mostravam simpáticos ao regime recebiam isenção de impostos e prioridade na publicação de anúncios de campanhas do governo e no recebimento de empréstimos pelo Banco do Brasil. Segundo Barbosa (2007), “as verbas oficiais engordam as receitas de jornais, revistas, agências de notícias, emissoras de rádio. Subsídios ao papel e à importação de equipamentos gráficos e de som favorecem os que colaboram com o poder”<sup>45</sup>.

Outro mecanismo de cooptação era o serviço da *Agência Nacional de Notícias*. Coordenado pelo DIP, a agência atendia cerca de 2 mil jornais brasileiros e mais de 1 mil periódicos estrangeiros com serviço regular de informações. Além disso, fazia a captação de notícias da imprensa internacional para o país<sup>46</sup>.

Aproximadamente 60% de todo o conteúdo dos jornais eram oriundos da imprensa oficial. O DIP também mantinha com os jornais do país um serviço telegráfico de notícias de interesse nacional, com uma atividade de artigos assinados por autores nacionais, um serviço de clichês e fotografias para distribuir à imprensa brasileira e internacional. Distribuídas gratuitamente ou como matéria subvencionada, a uniformização das notícias era garantida dessa forma pelo governo. Nesse ponto vale a pena transcrever um trecho do depoimento de Joel Silveira publicado por Marialva Babosa em seu livro:

O mercado de trabalho era limitadíssimo, porque os jornais tinham tudo pronto da Agência Nacional. Vinha tudo mastigado. As redações tinham quatro ou cinco pessoas que faziam o jornal todo. Vinha tudo pronto, com ordem, inclusive, de publicar em tal página, com tal destaque. O DIP

---

<sup>44</sup> BARBOSA, 2007: p.111.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p.121.

<sup>46</sup> GOULART, 1990: p.19.



chegava a ponto de dizer que tipo devia ser usado: negrito, corpo 9, à esquerda. Entendeu?<sup>47</sup>

As informações chegavam aos jornais pelo serviço da agência de notícias oficial do governo que, por obrigação, deveriam repetir os dados. Antes de serem impressos, os periódicos eram submetidos aos censores que cortavam ou modificavam o conteúdo. Seja por telefone ou por escrito, a presença do DIP se fazia por censores civis, funcionários públicos ou militares recrutados aos serviços de informação das Forças Armadas.

Há de se considerar que a falta de recursos técnicos de muitos periódicos fizeram também com que esses recorressem aos serviços da *Agência Nacional* como um meio de sobrevivência no mercado jornalístico. Com uma equipe numerosa e altamente qualificada, ficava difícil não prescindir dos serviços da agência oficial do governo.

Sobre esse aspecto é importante ressaltar o uso do noticiário internacional da *Agência Nacional* por impressos como o *Jornal do Comércio* no período da guerra. Em muitos jornais, não havia estrutura econômica suficiente, inclusive, para enviar repórteres policiais às delegacias da capital federal.

Da mesma forma que se dava o alinhamento pacífico entre governo e diários, o oposto também acontecia. Ao negar subsídios e publicidade, o executivo fazia pressão econômica junto às lideranças dos periódicos mais firmes nas suas posições contra o Estado Novo. Se a sanção econômica falhasse, utilizava-se a força, como o fechamento, perseguição e prisão de jornalistas e donos de jornais.

*O Estado de São Paulo* é um exemplo de periódico que, digamos, tentou se rebelar contra o regime e foi fechado. Como já citado no capítulo anterior, em março de 1940 teve a redação invadida e foi proibido de circular. Seu dono, Júlio Mesquita Filho, teve de partir para o exílio. O jornal voltou depois, mas sob a intervenção do DIP, e assim permaneceu até o fim do Estado Novo. O veículo só foi restituído a seus proprietários com a queda da ditadura.

Segundo Barbosa (2007), estimativas apontam que mais de 61 publicações foram fechadas nos anos de chumbo do Estado Novo. “No Rio de Janeiro, todo o grupo pertencente a Geraldo Rocha na década de 1920 – incluindo o vespertino *A Noite*, o matutino *A Manhã*, e as *Rádios Nacional e Mayrink Veiga*, apenas para citar as mais importantes empresas das 17 que compõem o grupo – é incorporado ao Estado”<sup>48</sup>.

Também sofreram censura e intervenção nesse período *O Diário de Notícias*, sendo Orlando Dantas preso, *O Diário Carioca*, um dos principais aliados da Aliança Liberal e que

---

<sup>47</sup> BARBOSA, 2000: p.112

<sup>48</sup> *Ibidem*: p.121

rompe com o governo em 1932, *A Notícia*, cuja redação foi depredada na revolução de 1930 e que só voltou em 1938 com o jornal essencialmente de noticiário policial, e *O Correio da Manhã*. Este último, apesar de ter aderido ao governo, era econômico nos elogios. Como ilustra o depoimento de Joel Silveira no início desse capítulo, o rompimento com o Estado Novo e a censura se deu a partir da entrevista de José Américo de Almeida feita por Carlos Lacerda. O repórter teria seu nome marcado no livro negro do DIP.

O desconforto da imprensa com a censura antecedeu a própria criação do DIP. Em 9 de dezembro de 1939, *O Jornal* de Assis Chateaubriand publicou um documento de protesto, encaminhado ao presidente, contra as leis de cerceamento da liberdade de imprensa e as perseguições em curso. Nele estavam representados os posicionamentos de alguns empresários do jornalismo, como Chateaubriand, Elmano Cardim (*Jornal do Comércio*), Austregésilo do Athayde (*Diário da Noite*), José Eduardo de Macedo Soares e Horácio de Carvalho (*Diário Carioca*), Paulo Bittencourt, (*Correio da Manhã*), Roberto Marinho (*O Globo*), Pires do Rio (*Jornal do Brasil*), Orlando Ribeiro Dantas (*Diário de Notícias*), Ozéas Mota (*A Vanguarda*), Carvalho Neto (*A Noite*), Joaquim Inojosa (*Meio Dia*), Mario Magalhães (*Correio da Noite*), Cândido Campos (*A Notícia*), Othon Paulino (*A Tarde*), Rodolpho Carvalho (*O Radical*) e J. S. Maciel (*O Imparcial*).<sup>49</sup> Como resposta, em 29 de dezembro do mesmo ano Getúlio criava o DIP.

Para Barbosa (2007), mesmo que tenha havido perseguições a jornalistas, empastelamento e dominação de alguns periódicos, houve mais acordos e relações conjuntas entre os homens de governo e homens de imprensa do que divergências. Esse argumento é interessante para se entender a conflituosa relação de Vargas com um dos magnatas do jornalismo, Assis Chateaubriand.

A amizade entre Vargas e Chateaubriand é conceituada por muitos autores, entre eles Marialva Barbosa, Silvana Goulart e Ana Paula Ribeiro, como de amor e ódio. Alinhamentos, rompimentos, demonstrações de simpatias e ataques. Acima dessa tensão constante, o que é interessante perceber que Chateaubriand conseguiu sempre ter ganhos com as alianças políticas que fazia.

O início do governo Vargas teve o apoio de Chateaubriand. Foi inclusive graças à aliança político-financeiro recebido por Getúlio que Chateaubriand fundou e incorporou novos veículos à rede dos *Diários Associados*, iniciada com *O Jornal*, do Rio de Janeiro, fundado em 1924.

---

<sup>49</sup> Op. cit. CARNEIRO, Glauco apud Série Memória, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2004: p. 44.

Quando resolveu lançar a revista *O Cruzeiro*, em 1927, o jornalista teve o apoio de Vargas. Utilizando-se de sua influência política como Ministro da Fazenda, Getúlio conseguiu que Chateaubriand obtivesse empréstimo junto ao banqueiro gaúcho Antônio Mostardeiro, então presidente do Banco do Brasil. A revista foi lançada um ano depois, em 10 de novembro de 1928.

Mas o bom relacionamento estremeceu já na revolução de 1932. Chateaubriand mudaria de lado, passando a ser opositor de Vargas. Ele reivindicava uma Constituição para o país, além da abertura do mercado brasileiro à capitais estrangeiros, apesar de seu nacionalismo simpático aos ideais de Getúlio.

A mudança de lado não significou prejuízos, embora o governo tenha pensado em decretar a moratória a Chateaubriand, ele conseguiu do movimento oposicionista apoio e recursos para lançar o *Diário de São Paulo* e o *Diário da Noite*, ambos no Rio, além de adquirir o *Estado de Minas* e o *Diário de Notícias*, do Rio Grande do Sul.

Mas o magnata da comunicação levaria um revés por apoiar a Revolução Constitucionalista de 1932. Inimigo do governo, foi preso ao ser flagrado tentando contrabandear armas para os paulistas. Com isso, a rede de *Diários Associados* passou a ser fortemente vigiada pela censura, tendo a revista *O Cruzeiro* sido fechada por um mês e, logo em seguida, sob a intervenção do governo, voltado a circular, mas com número reduzido de 20 mil exemplares.

No mesmo ano foi decretada a falência de *O Jornal* e o governo passou a controlar o prédio e máquinas do veículo. Só no final de 1933, com a instalação da Assembléia Constituinte, que Chateaubriand conseguiria reaver *O Jornal*. Somente a partir do golpe do Estado Novo, em 1937, que Chateaubriand passou a adotar um posicionamento cordial com o regime. Como o mesmo justificaria anos mais tarde “Era necessário atravessar um túnel, na esperança de que o futuro abrisse perspectivas para a restauração do regime democrático”.<sup>50</sup>

Mas a posição adotada não significaria que Chateaubriand se calaria diante do Estado Novo. Uma das novas estratégias foi a pressão para que repórteres dos *Diários Associados* acompanhassem os pracinhas na Segunda Guerra Mundial. Muita além da importância da cobertura de um conflito histórico e de proporções mundiais, a presença de enviados especiais significaria a afronta ao regime. Além disso, se concretizaria em um sutil e eficaz mecanismo de crítica do Estado Novo, por mais que a censura ferrenha à imprensa se mantivesse viva no período.

---

<sup>50</sup> Série Memória. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2004: p.45.

Presentindo as ações da imprensa, o governo tenta impedir que repórteres não oficiais cubram o conflito. Mas logo percebem a necessidade de se flexibilizar as ações, especialmente diante da mobilização popular a favor da participação do Brasil na guerra e do desconforto internacional gerado pela luta do nazi-fascismo por um governo essencialmente ditatorial.

Com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, percebe-se que a repressão aos meios de comunicação começa a se enfraquecer. A quebra e desmantelamento total do governo acabam se dando com a vitória dos Aliados e a volta dos pracinhas. Tornava-se insustentável manter uma ditadura em meio a um mundo que comemorava o fim do nazi-fascismo. E, mais do que isso, em meio a um país que dava vivas aos heróis nacionais que libertaram o povo europeu da opressão de governos totalitários.

Em verdade, o descrédito internacional em relação ao nazi-fascismo reforçou e encorajou a oposição interna brasileira ao Estado Novo. A simpatia de Vargas ao “Eixo” serviu de pretexto para a luta da oposição contra o regime e a deposição de seu líder.

#### 4.2 A escolha e credenciamento dos profissionais para a linha do *front*

A Segunda Guerra Mundial chegou ao Brasil pelo mar. A princípio, se dizendo neutro no conflito, o governo Vargas mostrava simpatias pela Alemanha de Hitler, mas não deixava também de manter relações amigáveis com os Estados Unidos. Com as constantes vitórias do “Eixo” (Alemanha, Itália e Japão) sobre os “Aliados” (Inglaterra, França, Rússia) a guerra se agravou e os EUA temendo pela segurança de seu país começou a pressionar o Brasil por um posicionamento.

Com o ataque à base naval de Pearl Harbor, em dezembro de 1941, tornou-se urgente a entrada dos americanos na guerra. Mas para garantir a sua integridade e segurança nacional, era preciso convencer os países latino-americanos, em especial, o Brasil a se posicionar. Algumas características geográficas e políticas do nosso País faziam com que os EUA temessem pela indecisão do governo brasileiro.

Entre os principais aspectos estão: a localização geográfica. O Brasil se configurava como um ótimo interposto de abastecimento de navios e aviões no Atlântico Sul. Um segundo ponto se relaciona à proximidade com o continente norte-americano. Pelas características políticas do Brasil, dirigido por um governo com claras tendências fascistas, era natural que os EUA quisessem se proteger de um possível inimigo em terras americanas. Em terceiro lugar, podem-se citar os vastos recursos naturais. Possuidor de farta matéria-prima, como minerais e

borracha, justamente pela necessidade do esforço de guerra era fundamental para os americanos trazer o Brasil para o seu lado.

Foi assim que EUA a partir de acordos econômicos – como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional - e trocas de “gentilezas culturais”, vide a ida de Carmem Miranda para Hollywood e a criação do alegre personagem da Disney, o Zé Carioca, que se deu a aproximação entre Brasil e EUA. O marco formal dessa aliança política foi a Terceira Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, em janeiro de 1942, pouco mais de um mês depois dos ataques a Pearl Harbor. É aí que o Brasil passa do estado de neutralidade para o estado de guerra.

É claro que a pressão americana não se efetivou apenas a partir de uma reunião. A pressão era intensa, e Vargas tentava garantir ganhos dos dois lados, flertando ora com os americanos, ora com os alemães. A criação da Companhia Siderúrgica Nacional e a liberação da construção de uma base naval americana no nordeste brasileiro são um desses acordos políticos. Ao mesmo tempo que negociava com os Estados Unidos, Vargas fazia discursos pró-fascistas, como o episódio de 1940 no encouraçado Minas Gerais, e enviava telegrama de felicitações no aniversário de Hitler, em 20 de abril de 1941. A mensagem e a resposta do líder nazista foram divulgadas oficialmente pelo governo<sup>51</sup>.

Além da pressão americana, outros agentes foram determinantes para que Vargas enfim se posicionasse a favor dos Aliados e decidisse pelo envio de tropas brasileiras à guerra: a população e a imprensa. A historiografia da Marinha brasileira registra que os ataques a navios mercantes começaram ainda em 1941. Antes mesmo da definição da posição político-diplomática do Brasil diante da guerra, 18 navios mercantes foram torpedeados, matando cerca de 700 pessoas.

As notícias de morte de inocentes em navios bombardeados por submarinos alemães, os temidos *u-boots*, chocaram a população. Só para se ter uma idéia, de 1941 a 1945 foram afundados cerca de 35 embarcações brasileira, 1.458 oficiais e praças da Marinha de Guerra e tripulantes e passageiros da Marinha Mercante morreram no conflito<sup>52</sup>.

Os desastres provocaram a ira da população. Estudantes foram em massa às ruas, e através de comícios e passeatas pediam que o governo respondesse aos ataques. De mesma maneira, a imprensa estimulava e incentivava a idéia do posicionamento e participação do país no conflito, explorando, por exemplo, as imagens dos corpos de vítimas do torpedeamento do navio mercante Baependi na costa do nordeste.

---

<sup>51</sup> NETO, 2006: p.47.

<sup>52</sup> História Naval Brasileira, 1985: p.360.

Após o anúncio da declaração de Estado de Guerra, em 1942, Vargas levaria mais dois anos para enviar tropas ao conflito. Uma força especial foi criada, a FEB (Força Expedicionária Brasileira), e milhares de jovens, sem experiência em guerra, foram convocados às pressas para participarem da batalha. O País levava 25 mil homens do exército e 48 pilotos de caça ao *front*, no norte da Itália.

Quando os primeiros soldados brasileiros partiram para a Europa em julho de 1944, também embarcaram três integrantes da *Agência Nacional de Notícias*. Coerentemente com a política da ditadura que se instaurava no país, inicialmente apenas profissionais do órgão oficial de comunicação foram credenciados para fazerem a cobertura da guerra.

Tão logo foram escalados e embarcados profissionais da agência oficial, como Sylvio da Fonseca (correspondente), Fernando Stamato (cinegrafista), Adalberto Cunha (cinegrafista), Thassilo Mitke (repórter e fotógrafo). A FEB também pode levar um representante para registrar o conflito. O escolhido foi Horácio de Gusmão Coelho Sobrinho, fotógrafo e cinegrafista.

A decisão do governo de credenciar exclusivamente profissionais dos órgãos oficiais pode ser entendida pelo argumento de que Vargas não tinha interesse de que a atuação das tropas brasileiras, em guerra contra governos totalitários, ganhasse destaque na imprensa nacional. A óbvia contradição dos fatos fazia com que o governo temesse pela sua continuidade no poder. À medida que o envolvimento do Brasil se acentuava com a causa aliada, aumentavam as contradições internas no país, que denunciadas pelos jornais ganhariam maiores proporções e incitariam a opinião pública.

Mas a posição do governo não foi aceita passivamente pelos jornais brasileiros. Antes mesmo do embarque do primeiro escalão da FEB para a guerra, o governo foi pressionado pelos proprietários dos maiores jornais do País a fim de que se obtivesse a igualdade na cobertura do conflito. Ou seja, que pudessem enviar representantes de seus próprios veículos à Europa. Participaram desse enfrentamento ao governo Assis Chateaubriand (dos *Diários Associados*), Roberto Marinho (*O Globo*), Paulo Bittencourt (*Correio da Manhã*) e Horácio de Carvalho (*Diário Carioca*).

Apesar de duro, Vargas flexibilizou e permitiu a ida de repórteres de alguns jornais ao *front*. Como mostra o historiador, esta mudança de posição tem como justificativa mais provável a tentativa de se manter o Estado Novo, que já ruía pelas contradições internas e externas agravadas pela guerra.

O que parece ser mais provável é que (...) as pressões dos jornais surtiram efeito, porque, a partir do momento em que a guerra estava praticamente decidida para o lado aliado, o jogo de forças políticas no país alterou-se, pendendo para os defensores do liberalismo e, com isso, inviabilizou-se a manutenção do cerceamento total à imprensa. Desse modo, as concessões à imprensa eram consequência natural do enfraquecimento do governo e, ao mesmo tempo, uma forma de prolongamento da manutenção do regime através da cessão a algumas reivindicações da oposição<sup>53</sup>.

É claro que essa decisão só foi tomada meses depois dos primeiros pelotões da FEB estarem na Itália. Mais precisamente, três meses depois. “O mecanismo de credenciamento dos correspondentes de guerra brasileiros junto à FEB inseriu-se no mesmo ritmo de dificuldades do próprio processo de formação das tropas brasileiras, que foi lento e trabalhoso”<sup>54</sup>.

Solucionado o impasse com o governo, os donos dos principais jornais da época – que dispunham de mais recursos financeiros para enviar à guerra repórteres – começaram a fazer a escolha daqueles que se tornariam as testemunhas da história. Apesar de todo o perigo por trás da cobertura de uma guerra, os repórteres, até então vistos como profissionais de segunda classe e acostumados à rotina das crônicas policiais, percebiam na oportunidade de cobrir um conflito de grandes proporções a possibilidade de se destacar no meio jornalístico. Eram premiados que testemunhariam a atuação do Brasil em meio a um conflito de proporções grandiosas e ao lado de potências mundiais.

Diferentemente do procedimento adotado pelos países aliados, cujos correspondentes se credenciavam nas instituições militares e recebiam treinamento para as zonas de conflito, no Brasil a seleção cabia ao DIP. Logo, a liberação dos enviados especiais à guerra seria feito de maneira meticulosa e sem qualquer ajuda ou interferência das forças armadas.

O DIP, então, passaria um pente fino sob os profissionais e autorizaria o credenciamento mediante a análise das fichas e afastamento dos opositores diretos do regime. Vários candidatos a repórteres de guerra foram vetados e alguns jornais também não tiveram a liberação para enviar profissionais ao conflito. Entre os jornalistas que tiveram a ida à Itália negada estão alguns claros opositores do regime como Edmar Morel e Coronel Euclides Figueiredo, dos *Diários Associados*. Este último havia sido preso pelo Estado Novo por ser correspondente no teatro de operações soviético. Além desses, Carlos Lacerda, do *Correio da*

---

<sup>53</sup> HENN, 2006. Disponível em [www.unisinos.br/publicacoes\\_cientificas/images/stories/Publicacoes/historiav10n2/art06\\_henn\\_historia.pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/Publicacoes/historiav10n2/art06_henn_historia.pdf). Acessado em 1º de set. de 2009

<sup>54</sup> HENN, 2006. Disponível em [www.unisinos.br/publicacoes\\_cientificas/images/stories/Publicacoes/historiav10n2/art06\\_henn\\_historia.pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/Publicacoes/historiav10n2/art06_henn_historia.pdf). Acessado em 1º de set. de 2009.

*Manhã* foi vetado. Pode-se relacionar essa atitude ligação de Carlos Lacerda a oposição. Ele havia apoiado José Américo de Almeida na candidatura à presidência nas eleições que se realizariam em 1938, antes do golpe do Estado Novo.

Os primeiros enviados especiais representantes de jornais brasileiros partiram para a Itália junto com os segundos e terceiros escalões da FEB, em 22 de setembro de 1944. Eram eles, Rubem Braga, do *Diário Carioca*, Egydio Squeff, de *O Globo*, e Raul Brandão, do *Correio da Manhã*. No quarto escalão, que partiu em 23 de novembro de 1944, foi Joel Silveira, enviado especial dos *Diários Associados*. Como registra Leonardo Henn (2006), antes de Joel chegar à Itália, Assis Chateaubriand já havia deslocado Barreto Leite Filho, que tinha trabalhado na África, para fazer a cobertura da FEB enquanto o enviado escolhido para essa função não chegasse.

É interessante destacar que, mesmo não sendo bem visto pelo governo Vargas, Joel conseguiu ser escalado. O jornalista já tinha um histórico de oposição ao regime, quando trabalhava ainda em Pernambuco em um diário divulgador das idéias da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Frente de oposição ao Governo Provisório, anterior à instauração do Estado Novo, liderada pelo Partido Comunista.

Já no Estado Novo, uma de suas matérias para o semanário *Diretrizes*, de Samuel Wainer, foi determinante para o fechamento da revista pelo DIP. Ao entrevistar Monteiro Lobato na cadeia, preso por contestar o Estado Novo, Joel saiu de lá com a manchete: “O governo deve sair do povo como a fumaça da fogueira”. Na matéria Lobato ironizava o governo, a censura e a política externa. Em consequência da matéria, Samuel Wainer pediu asilo à Embaixada do Chile e Joel Silveira ficou escondido três meses em sua terra natal, Sergipe.

Assim como David Nasser, Edmar Morel e Samuel Wainer, Joel Silveira já se destacava no jornalismo nacional dos anos 40 com a chamada “grande reportagem”. Um gênero jornalístico, marcado pelo estilo pessoal e literário, similar ao “new journalism” americano nos anos 1960.

Foi com as “grandes reportagens, depois rebatizadas como “novo jornalismo”, “jornalismo investigativo” e, por fim, “jornalismo literário”, que Joel e os demais jornalistas driblaram a censura do Estado Novo com um novo jeito de escrever e apurar. Essa tendência contribuiu também para que o papel do repórter passasse a ser valorizado e visto como figura principal da redação. Mais do que o estilo das matérias, foi a ida à guerra que deu o toque final a essa nova posição.



### 4.3 O prenúncio da valorização do repórter

O entre-guerras é uma das “etapas mais importantes da história do jornalismo. A profissão, nascida no fim do século 19, se afirma depois da guerra de 1914 e não muda muito até os anos 80 do ponto de vista de quem faz a notícia, ou seja, o repórter”<sup>55</sup>

Assim como na França, no Brasil os repórteres tiveram de esperar pelo período entre as duas grandes guerras para adquirirem a legitimidade jornalística e o mesmo reconhecimento social dos colegas da Inglaterra e dos Estados Unidos. Como destaca Jean Chalaby ao comparar a prática jornalística francesa da inglesa e americana, “durante muitos anos eles (os repórteres) formaram a classe mais baixa do campo jornalístico e a profissão era referida com desdém”. O repórter era visto como uma espécie de secretário, cuja única função era “tomar notas sobre o decorrer dos acontecimentos”<sup>56</sup>. Com o desenvolvimento da reportagem, o repórter ganha certo prestígio. Na França esse movimento se deu em fins da década de 1880.

Para Nelson Traquina, foi a partir desse período que a grande reportagem se torna um ingrediente essencial no jornalismo francês. “Entre os grandes repórteres mais admirados figuram, bem entendido, os correspondentes de guerra. É sem dúvida, a guerra russo-japonesa, em 1904-1905, que marca a consagração do seu papel”<sup>57</sup>.

Antes dos franceses, os repórteres americanos já gozavam dessa distinção social e profissional. Para Chalaby, a causa se relaciona ao fato de muitos proprietários e editores dos mais prestigiados jornais terem sido repórteres em determinada fase de suas carreiras. Assim como na França, o Brasil veio de uma tradição em que os donos de jornais eram nada mais que políticos e representantes da nata intelectual.

Tanto a França como o Brasil demoraram a perceber no repórter seu valor central. Na Inglaterra o primeiro repórter a se tornar famoso foi o jornalista britânico Henry Stanley, em 1871. Ele ganhou notoriedade após a pesquisa sobre o paradeiro do geógrafo Dr. Livingstone, dito como morto pela opinião pública da época. O trabalho foi co-financiado pelos jornais New York Herald e pelo londrino Daily Telegraph<sup>58</sup>.

Seguindo o argumento de Traquina e Chalaby, pode-se considerar que da mesma maneira como se deu nos EUA, Inglaterra e França, a valorização e consagração do papel do

<sup>55</sup> Op. cit. DELPORTE, Christian apud PESSÔA, 2001: p.9.

<sup>56</sup> CHALABY, 2003: p.34.

<sup>57</sup> TRAQUINA, 2008: p. 62.

<sup>58</sup> CHALABY, 2003: p.34.

repórter no Brasil vieram com a guerra. Mais especificadamente com a Segunda Grande Guerra.

Para tanto, foi necessário que a imprensa passasse por algumas reconfigurações. Primeiramente o descolamento do jornalismo internacional à atividade diplomática e literária. A missão de transportar para o Brasil notícias do estrangeiro ficou a cargo de jornalistas “profissionais”. Profissionais no sentido de que viam a função como um fim, e não um meio de obter outras posições na sociedade.

Em segundo está a estruturação financeira das empresas jornalísticas. Ter um enviado especial em um conflito seja interno ou externo, dispndia muitos recursos. Para se ter uma idéia, na Guerra da Criméia (1854-1856) que envolveu Rússia, Grã-Bretanha e França, o Morning Advertiser gastou 1.500 libras com o repórter de guerra. Os custos da cobertura da guerra Franco-Alemã (1870-1871) atingiram 10 mil libras por jornal.<sup>59</sup>

Com o advento das agências de notícias, os jornais tiveram a possibilidade de contar com informações do estrangeiro de forma mais barata. Logo, enviar um repórter a uma missão no exterior se configurava como algo raro e extremamente especial. Ao escolhido para tal missão recaia a responsabilidade e a glória de se tornar mais do que cronista de crimes e sim testemunha viva da história.

No jornalismo brasileiro o pioneiro nesse processo foi a rede de Assis Chateaubriand que viu nos conflitos bélicos um bom filão para explorar. Foi então que o repórter ganhou o status de enviado especial. Sua função ia além da cobertura jornalística, ele passava a ser testemunha de grandes acontecimentos da história.

Para imprensa nacional, a Segunda Guerra foi um marco para a valorização do repórter e Joel Silveira um dos “talentos descobertos” pela sociedade. Embora o repórter já na época começasse a se destacar na profissão com o estilo que veio caracterizar a grande reportagem, pode-se dizer que o trabalho de correspondente de guerra trouxe a Joel brilhos a mais a sua posição de repórter. Com o fechamento do semanário *Diretrizes*, revista de Samuel Wainer que através de um estilo criativo nos moldes do “new journalism” atacava o governo, Silveira ficou desempregado e recebeu o convite de Chateaubriand para trabalhar na rede dos *Diários Associados*. Segundo Jorge (2009), Chateaubriand ficou impressionado com uma desafortada reportagem de repercussão nacional que Silveira fez para *Diretrizes* sobre a alta sociedade paulista. Os ‘Grã-finos em São Paulo’ satirizava os ricos, “ridicularizava-os sem piedade e não

---

<sup>59</sup> Op. cit. Grant, 1871apud CHALABY, 2003:p.34.

omitia o luxo exagerado das mulheres e suas futilidades pelo uso, inclusive, do ‘chapéu de penacho’”<sup>60</sup>.

Poucos meses depois, no final de 1944, Silveira foi enviado como representante da rede de jornais de Chateaubriand para atuar como enviado especial de guerra junto à FEB, substituindo Barreto Leite Filho, que lá se encontrava provisoriamente. Nas palavras de Jorge, Chateaubriand fez o convite ao repórter da seguinte maneira: “O senhor vai para a guerra, mas não me morra, seu Silveira. Não morra. Repórter é para mandar notícias. Não é para morrer.”<sup>61</sup>.

Apesar de ser já um brilhante repórter, na guerra Joel Silveira não conseguiu transpor para o papel sua veia crítica. Segundo Henn (2006), os textos do correspondente dos *Diários Associados* “inseriam-se no mesmo espírito de apoio às tropas nacionais que caracterizaram os escritos de todos os repórteres que trabalharam junto às tropas brasileiras [...]. A maioria de seus despachos era de crônicas a respeito do cotidiano dos pracinhas”<sup>62</sup>.

Isto pode ter ocorrido devido a dois motivos. De um lado, a censura do DIP e do Comando das Forças Aliadas eram muito fortes. Esses elementos dificultavam a criação e publicação de textos mais livres e críticos. De outro, as próprias barreiras impostas pela guerra podem ter se associado a um possível medo dos jornalistas de serem vítimas fatais da mesma. O medo e as dificuldades de acesso aos locais de combate podem ter estimulado os repórteres a esperar os comunicados oficiais dos militares, para assim construir seus textos.

Apesar disso, a Segunda Guerra Mundial contribuiu para que Joel Silveira tivesse mais prestígio. Ter estado na guerra garantiu a ele, e aos colegas de profissão, um novo status. Prova disso está na sua popularidade, conquistada nas dezenas de livros sobre sua memória<sup>63</sup>.

O jornalista passou a ser visto muito além do repórter das “grandes reportagens”, com crônicas cheias de críticas e sátiras. Joel se tornava testemunha dos acontecimentos. Aquele que viu e vivenciou fatos que entrariam para a História da humanidade.

---

<sup>60</sup> JORGE. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=550AZL003>. Acessado em 25 de out. de 2009.

<sup>61</sup> *Idem*.

<sup>62</sup> HENN, 2006. Disponível em [http://www.unisinos.br/publicacoes\\_cientificas/images/stories/Publicacoes/historiav10n2/art06\\_henn\\_historia.pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/Publicacoes/historiav10n2/art06_henn_historia.pdf). Acessado em 1º de set. de 2009.

<sup>63</sup> Joel Silveira publicou mais de 40 livros ao longo de 60 anos de carreira, sendo os mais recentes “O Inverno da Guerra” (2005), “Na Fogueira: Memórias” (1998) e “As Grandes Reportagens de Joel Silveira” (1980).

## 5. CONCLUSÃO

De simples curiosidade a objeto de estudo. Foi assim que o papel e status do repórter, em especial, o do correspondente de guerra ganhou forma nessa investigação histórico-jornalística. Ao procurar entender um conflito de grandes proporções pelo viés da imprensa creio ter estruturado uma nova e enriquecedora linha de interpretação sobre o exercício da reportagem no Brasil dos anos 40. Este período da imprensa nacional ainda tão pouco investigado, carregado de dúvidas e curiosidades.

Ao longo desses três capítulos busquei desvendar o papel dos repórteres nos principais jornais cariocas da época, bem como, todo o processo de reconfiguração e valorização de seu status nas redações. Antes vistos como *meninos de recado*, esses profissionais ganham fama ao se transformar em correspondentes de guerra.

Diferentemente dos EUA e da Inglaterra, que já enxergavam nos repórteres um papel de importância e prestígio nas redações, o Brasil demoraria um pouco mais para ter essa mesma visão. A experiência da guerra trouxe, em parte, o status que faltava a esse profissional. O jornalismo passou a ter um outro sentido em função do lugar que o repórter foi ocupando na cadeia noticiosa.

Saindo da retrospectiva histórica e olhando para o hoje, o que se percebe é que o status de enviado especial mantém sua força no ideário dos jornalistas. Esse profissional é visto pelos colegas de profissão como aquele que por seu trabalho se destacou e, para tanto, ganhou o prêmio de poder viver e trabalhar fora do país. É a grande oportunidade de viajar pelo mundo, conhecer novas culturas, línguas, pessoas e, é claro, ganhar melhores salários.

Porém, mais do que aflorar o espírito de turista aventureiro, o repórter ganha o status de representante do País no mundo. E, dependendo da cobertura que faça, tem seu nome marcado para sempre na carreira e história da profissão.

Nesse ponto é interessante ressaltar as atuações de Pedro Bial, na cobertura da “Queda do Muro de Berlim”, e Alberto Gaspar, que acompanhou diversos conflitos no Oriente Médio. E, mais recentemente, William Waack, que viajou ao Irã em caráter especial para entrevistar o presidente Mahmoud Ahmadinejad.

Waack, por sinal, ganhou o Prêmio Esso por sua cobertura na Guerra do Golfo (1991) e durante 20 anos foi correspondente no Oriente Médio, Rússia e Inglaterra. Não é a toa que hoje comanda a bancada de um dos telejornais mais assistidos “O Jornal da Globo”.

Mas, sobre a atuação dos repórteres enviados especiais o que pouco se dá ênfase são as adversidades vividas por esses profissionais. A distância da família, as incertezas de ter o

emprego garantido na volta ao país, e os riscos da cobertura de conflitos, por exemplo, são pouco contabilizados.

Ao lembrarmos dos nomes do jornalismo internacional imortalizados por coberturas de guerra nos vêm logo à mente Robert Capa e Ernest Hemingway. Jovens ainda em 1945, eles fizeram fama a partir das coberturas da Guerra Civil Espanhola e da Segunda Grande Guerra. Mas o que a biografia desses profissionais esconde são os traumas de guerra. No caso de Capa, fotógrafo famoso por fundar uma das mais prestigiadas agências de fotojornalismo, a Magnum, perdeu a vida quando tentava captar a realidade da Guerra da Indochina, assim como fez na batalha do dia D, na Normandia.

Além do prestígio dos repórteres de guerra, outro ponto interessante de se destacar são os instrumentos necessários à correspondência. Inseridos em um mundo da comunicação em tempo real proporcionada pela Internet é curioso e difícil imaginar as dificuldades de se cobrir conflitos internacionais com os equipamentos existentes no século passado, como o telégrafo.

Dessa maneira, creio que para se entender a atuação do jornalismo internacional brasileiro hoje, se faz necessário trilhar o caminho da estruturação deste tipo de reportagem no Brasil ao longo dos anos. Um curioso processo que começou com as agências de notícias, perpassando pelos correspondentes internacionais e chegando aos enviados especiais para cobertura de guerras. Uma retrospectiva analítica que esse projeto procurou traçar.

Por fim, é interessante deixar claro que este trabalho não se esgota aqui. As pesquisas me mostraram novos e curiosos caminhos, que talvez sejam retomados em um segundo projeto de conclusão de curso, possivelmente para a graduação em História. O processo de construção do conhecimento e da investigação científica não pode parar. Há sempre atraentes personagens e histórias a serem revelados.

Espero com essa análise também ter inspirado novos detetives do passado a desbravar esse caminho ainda de pouca luz que é a da imprensa dos anos 40. E também ter recuperado um pouco da história dos nossos primeiros representantes do jornalismo internacional.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Regina. **O livro que abalou o Brasil: a consagração de *Os sertões* na virada do século.** Disponível em [www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701998000400006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701998000400006&script=sci_arttext). Acessado em 20 de out. de 2009.

BARBOSA, Marialva. **Os donos do Rio. Imprensa, Poder e Público.** Rio de Janeiro: Editora Vício de Leitura, 2000.

BARBOSA, Marialva. **História Cultural da Imprensa. Brasil – 1900-2000.** Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 2007.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Barcos; telégrafo elétrico e cabo submarino.** Disponível em [www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores&id=36](http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=historiadores&id=36). Acessado em 18 de out de 2009.

CHALABY, Jean. **O Jornalismo como invenção anglo-americana. Comparação entre o desenvolvimento do jornalismo francês e anglo-americano (1830-1920).** Traduzido e republicado por Media & Jornalismo, 2003, pp. 29-50.

CITELLI, Adílson. **Os sertões uma epopéia educadora de 100 anos.** Disponível em [www.eca.usp.br/comueduc/artigos/26\\_84-92\\_01-04\\_2003.htm](http://www.eca.usp.br/comueduc/artigos/26_84-92_01-04_2003.htm). Acessado em 19 de out de 2009.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões: Campanha de Canudos.** Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo, 1914.

GOULART, Silvana. **Sob a verdade oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo.** São Paulo: Editora Marco Zero, 1990.

HENN, Leonardo Guedes. **A imprensa na Guerra: Propaganda e/ou notícias? Participação dos Correspondentes junto à Força Expedicionária Brasileira.** Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS. São Leopoldo, 2000.

HENN, Leonardo Guedes. **Os correspondentes de guerra e a cobertura jornalística da Força Expedicionária Brasileira.** Revista de História Unisinos, Rio Grande do Sul, ago. 2006. Disponível em [www.unisinos.br/publicacoes\\_cientificas/images/stories/Publicacoes/historiav10n2/art06\\_henn\\_historia.pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/Publicacoes/historiav10n2/art06_henn_historia.pdf). Acessado em 1º de set. de 2009.

**História Naval Brasileira.** Rio de Janeiro: Ministério da Marinha. Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1985.

JORGE, Sebastião. **Joel Silveira: Um jornalista de ousadia e irreverência.** Disponível em [www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=550AZL003](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=550AZL003). Acessado em 25 de out. de 2009.

KUHN, Adriana. **A história dos correspondentes brasileiros de guerra e sua relação com o poder estatal e militar.** Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: [www.almanaquedacomunicação.com.br](http://www.almanaquedacomunicação.com.br). Acessado em 24 de set. de 2009.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista. Imprensa e práticas culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922).** São Paulo: Editora Edusp, 2008.

MARTINS, Wilson. **Euclides & Canudos.** Disponível em [www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp0502200394.htm](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp0502200394.htm). Acessado em 20 de out. de 2009.

NATALI, João Batista. **Jornalismo internacional.** São Paulo: Editora Contexto, 2004.

NETO, Octavio David. **A guerra no Brasil – Visitantes indesejáveis: Primeiro, os u-boats atacam navios brasileiros fora das águas nacionais. Mas logo os submarinos iniciam sucessivos ataques na Costa brasileira.** Revista Grandes Guerras. Especial 70 anos da Segunda Guerra Mundial, Editora Abril, São Paulo, a 1, ed.23, abr. 2009, p. 48-51.

NETO, Raul Coelho Barreto. **Flores ao Mar: os naufrágios navais brasileiros na Segunda Guerra Mundial.** Salvador: Editoria Presscolor, 2006.

NETO, Ricardo Bonalume. **Franco atirador – Atlântico Sul em guerra: Americanos comandaram a luta contra u-boats na Costa brasileira. Apenas um submarino alemão foi destruído com a ajuda da FAB.** Revista Grandes Guerras. Especial 70 anos da Segunda Guerra Mundial, Editora Abril, São Paulo, a 1, ed.23, abr. 2009, p. 64-65.

PESSÔA, Sidney Miguel Garambone. **A imprensa brasileira e a primeira guerra mundial.** Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2001.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. **Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50**. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2007.

RIBEIRO, Fernanda Teixeira. **Contexto – Os predadores do Atlântico: Os u-boats vinham agindo nos mares desde o início da Segunda Guerra. Em 1942, eles chegam à Costa brasileira e obrigam Getúlio Vargas a declarar guerra**. Revista Grandes Guerras. Especial 70 anos da Segunda Guerra Mundial, Editora Abril, São Paulo, a 1, ed.23, abr. 2009, p. 34-35.

RIBEIRO, Flávia e VARSANO, Fábio. **O Dia D: a batalha da Normandia**. Revista Grandes Guerras. Especial 70 anos da Segunda Guerra Mundial. Editora Abril, São Paulo, a 1, ed.21, fev. 2009, p. 28-53

RIBEIRO, Flávia. **Sobreviventes do Holocausto: As peripécias dos irmãos judeus Izak e Natan Kimelblat que viraram guerrilheiros e lutaram contra os nazistas na Segunda Guerra Mundial**. Revista Grandes Guerras. Especial 70 anos da Segunda Guerra Mundial, Editora Abril, São Paulo, a 1, ed.21, fev. 2009, p. 72-75.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Diário de Notícias: A luta por um país soberano**. Série Memória v.15. Rio de Janeiro: Editora Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2006.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **O Jornal: Órgão líder dos Diários Associados**. Cadernos de Comunicação. Série Memória v.18. Rio de Janeiro: Editora Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2007.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Getúlio Vargas e a imprensa**. Série Memória v.10. Rio de Janeiro: Editora Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2004

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

SILVEIRA, Joel. **As Grandes Reportagens de Joel Silveira**. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1980.

SILVEIRA, Joel. **Na fogueira: Memórias**. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Mauá, 1999.



TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** Florianópolis: Editora Insular, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **O que é jornalismo.** Lisboa (Portugal): Editora Quimera, 2002.

VENTURA, Roberto. **Canudos como cidade iletrada: Euclides da Cunha na urbs monstruosa.** Disponível em [www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77011997000100006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-77011997000100006&script=sci_arttext). Acessado em 20 de out. de 2009.

VILLA, Marco Antonio. **Um jornalista no front.** Disponível em [www.observatoriodaimpresa.com.br/imprimir.asp?cod=549ASP002](http://www.observatoriodaimpresa.com.br/imprimir.asp?cod=549ASP002). Acessado em 20 de out. de 2009.